

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

ERICK PEREIRA DA SILVA

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E VIOLÊNCIA ESTRUTURAL EM PARATY:

SÃO PAULO  
2020

ERICK PEREIRA DA SILVA

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E VIOLÊNCIA ESTRUTURAL EM PARATY

Dissertação de Mestrado  
apresentada à Faculdade Latino-  
Americana de Ciências Sociais –  
FLACSO, para obtenção de título de  
mestre em Estado, Governo e  
Políticas Públicas. Orientador: Prof.  
Dr. Paulo Eduardo Silva Malerba.

SÃO PAULO  
2020

SILVA, Erick Pereira da

Especulação imobiliário e violência estrutural em Paraty

Quantidade de páginas: 79 p.

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Silva Malerba

## Especulação imobiliária e violência estrutural em Paraty

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em:

---

Prof. Dr. Paulo Eduardo Malerba.  
FLACSO Brasil/Fundação Perseu Abramo (orientador)

---

Profa. Dra. Ednalva Felix das Neves  
Universidade Federal de Santa Maria

---

Profa. Dra. Natália Noschese Fingermann  
Universidade Católica de Santos

Ao meu sogro Chico (*in memoriam*), pela curiosidade sobre os mais distintos temas da vida, inspirava a todos e também a mim.

## **Agradecimentos**

Acredito que tal trabalho contém novas visões sobre problema social tão sério e só foi possível pela disponibilidade do programa ofertado pela parceria entre FLACSO e Fundação Perseu Abramo e pela orientação do Professor Doutor Paulo Eduardo Malerba a quem agradeço pela oportunidade de formação tão adequada e necessária.

Não poderia pensar sobre nada nesse mundo sem considerar minha formação sindical e trajetória no movimento das trabalhadoras e trabalhadores a partir dos Metalúrgicos do ABC e do exemplo de Luiz Inácio Lula da Silva, onde “sua existência só é possível pelo avanço da consciência e capacidade de luta do conjunto da classe trabalhadora brasileira”.

Agradeço também aos membros da banca pelas horas de leitura e reflexões sobre esse trabalho.

Em condições especiais de tempo e pressão, obrigatórias à vida de um candidato a mestre de meia idade, o apoio decisivo de Adriano, Luíza e Vanessa, meus filhos e esposa queridos. Abriram mão do tempo de convívio para ajudar a realizar minhas aspirações acadêmicas e curiosidade científica, além da torcida e incentivo no qual se somam meu irmão e cunhada, pai, mãe, afilhada, tios, tias, primos, sobrinhos, sogra e muitos amigos, todos que não poderia citar nominalmente sob risco de injustiça.

Agradeço ao amigo Josef por ter me apresentado o objeto desse trabalho, além de acompanhar e contribuir com seu desenvolvimento.

Muito especialmente agradeço a meu irmão adotivo Mauro, falecido no último período dessa trajetória, será sempre a referência dos amigos.

Ainda pude contar com a ajuda dos trabalhadores nas bibliotecas do Instituto Trilha da Arte e Educação (ITAE), Associação Casa Azul, Delegacia de Polícia de Paraty (167º DP) e dos funcionários do Hospital Municipal Hugo Miranda (HMHM-Paraty) nomeadamente a senhorita Hevelyn Ferreira Mota Schmidt.

## RESUMO

Paraty é uma cidade pequena e paradisíaca com grande apelo turístico e cultural, sede da importante Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) e de inúmeras outras de menor expressão. Localizada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro no Brasil, permaneceu isolada e com população reduzida por mais de cem anos até meados do século XX, o que explica também a preservação do parque arquitetônico colonial construído para o então entreposto de ouro e pedras preciosas que eram escoados pelo seu porto localizado no fundo da baía fortificada. Tal sítio é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e o conjunto da cidade e território reconhecidos pela UNESCO como patrimônio e natural e cultural da humanidade. Sua “redescoberta” a partir de 1950 por ocasião da construção da rodovia Rio-Santos foi marcada pelo processo de crescimento e exploração do potencial turístico. Tal exploração e desenvolvimento se deu sem planejamento na ocupação do território que considerasse as populações locais e seu modo de vida, assim como não se desenvolveram políticas públicas capazes de prover acesso à habitação, saúde, educação, trabalho ou renda à totalidade da população. Associado a essas questões Paraty se tornou uma cidade relativamente rica, mas mantém a distribuição de sua renda desigual. A razão desse estudo é Paraty sustentar índices de violência mais elevados que a capital do estado ao longo de quase duas décadas – considerando as mortes por arma de fogo - apesar da riqueza financeira e pujança cultural. Os resultados desse estudo demonstram que as causas podem passar por questões de violência urbana como tráfico de drogas e organizações criminosas, mas fundamentalmente tem causas sociais e de desenvolvimento urbano que são também determinantes, como a situação dos bairros Parque da Mangueira e Ilha das Cobras, bairros mais populosos da cidade premidos em uma faixa estreita de terra entre o aeroporto e o rio Mateus Nunes. Não por acaso local de moradia de muitas das vítimas e também palco de crimes contra a vida e episódios trágicos da história da cidade.

**Palavras-chave:** Paraty, violência urbana, desenvolvimento, especulação imobiliária, desigualdade.

## ABSTRACT

Paraty is a small and paradisiacal city with great tourist and cultural appeal, host to the important Paraty International Literary Festival (FLIP) and countless others of lesser expression. Located on the southern coast of the state of Rio de Janeiro in Brazil, it remained isolated and with a reduced population for over one hundred years until the mid-twentieth century, which also explains the preservation of the colonial architectural park built for the then gold and precious stone warehouse. That was drained by its harbor at the bottom of the fortified bay. This site is tumbled by the Institute of National Historical and Artistic Heritage (IPHAN), and the whole of the city and territory recognized by UNESCO as a heritage and natural and cultural of humanity. Its "rediscovery" from 1950 on the occasion of the construction of the Rio-Santos highway was marked by the process of growth and exploration of the tourism potential. Such exploitation and development took place without planning in the occupation of the territory that considered the local populations and their way of life, as well as no public policies capable of providing access to housing, health, education, work or income to the whole population. Associated with these issues, Paraty has become a relatively wealthy city, but maintains unequal distribution of its income. The reason for this study is that Paraty has sustained higher rates of violence than the state capital over nearly two decades - considering firearm deaths - despite financial wealth and cultural strength. The results of this study demonstrate how the causes can go through issues of urban violence, such as drug trafficking and criminals, but fundamentally, the social causes and urban development that are also determinant, such as a situation in the Parque da Mangueira and Cobras Island, the most populous neighborhoods in the city, with a limited strip of land between the airport and the Mateus Nunes River. Not by chance, the place where many victims live, but also the scene of crimes against life and the tragic episodes of the city's history.

**Keywords:** Paraty, urban violence, development, real estate speculation, inequality.



## Lista de Figuras

Figura 1 – Imagem aérea do centro histórico de Paraty na década de 1940.....	30
Figura 2 – Território de Paraty – núcleo sede selecionado.....	37
Figura 3 – Núcleo sede em destaque.....	38
Figura 4 – Vista atual do centro histórico.....	39
Figura 5 – Bairro Ilha da Cobras.....	41
Figura 6 – Bairro Mangueira.....	42

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição da população residente por cor ou raça em Paraty (2010).....	36
Gráfico 2 – Mortes por arma de fogo em Angra dos Reis, Paraty e Rio de Janeiro (por 100 mil hab.).....	45
Gráfico 3 – Índice de GINI para o Brasil e Paraty – Anos selecionados.....	48
Gráfico 4 – Mortes por arma de fogo nas cidades de Paraty e Rio de Janeiro (2006 =100). .....	59
Gráfico 5 – Homicídios por faixa etária em Paraty.....	60
Gráfico 6 – Homicídios em Paraty por cor ou raça.....	61
Gráfico 7 – Distribuição de homicídios por escolaridade.....	62

## Lista de Quadros

Quadro 1 – Manchetes e endereços eletrônicos sobre homicídios específicos em Paraty divulgados na imprensa.....	63
Quadro 2 – Manchetes e endereços eletrônicos sobre homicídios específicos em Paraty divulgados na imprensa.....	64
Quadro 3 – Manchetes e endereços eletrônicos sobre homicídios específicos em Paraty divulgados na imprensa.....	65
Quadro 4 – Manchetes e endereços eletrônicos sobre homicídios em Paraty divulgados na imprensa.....	66

## Lista de Tabelas

Tabela 1 –	Evolução e Distribuição da População paratiense.....	36
Tabela 2 –	Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Paraty – RJ.....	47
Tabela 3 –	Número absoluto de mortes por arma de fogo nas cidades de Paraty e Rio Janeiro (2006-2017).....	59
Tabela 4 –	Quantidade de mortes por arma de fogo por bairro no período de 2016 a 2018 na cidade de Paraty.....	67
Tabela 5 –	Distribuição por Bairro - homicídios por arma de fogo 2016-2019.....	68
Tabela 6 –	Feridos por arma de fogo que deram entrada na Emergência do HMHM – Paraty no período de 2017 a 2019.....	69

## Lista de siglas

APA	- Área de Proteção Ambiental
BPM	- Batalhão de Polícia Militar
Cia	- Companhia
EUA	- Estados Unidos da América
FLIP	- Feira Literária Internacional de Paraty
HMHM	- Hospital Municipal Hélio Miranda
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	- Índice de desenvolvimento Humano por Município
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MPF	- Ministério Público Federal
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAERJ	- Plano Aeroviário do Estado do Rio de Janeiro
PMP	- Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Paraty
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECTRAN	- Secretaria de Estado de Transporte
TDT	- Trindade Desenvolvimento Territorial
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	- Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas
UPP	- Unidade de Polícia Pacificadora

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E DESIGUALDADE.....	16
2. FORMAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E DINÂMICA SOCIAL EM PARATY.....	30
3. ESPECULAÇÃO E VIOLÊNCIA: INFERÊNCIAS NECESSÁRIAS.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	74

## INTRODUÇÃO

Um município com pouco mais de 40 mil habitantes, relevante estância turística e cultural e que detém renda per capita entre as 5% maiores do país, ter elevadas taxas de violência é algo, em tese, inesperado, que carece de ser estudado. Considerando o número de mortes por arma de fogo, Paraty aporta mais que o dobro da média nacional e da capital do estado, uma situação atípica que motivou esse estudo.

Apaixonado pela cidade e frequentador de temporadas, ficamos impactados com os dados que nos foram apresentados por um amigo, também forasteiro e envolvido emocionalmente com o lugar. Ao avançar os estudos percebe-se que os dados não são de conhecimento geral, tampouco dos habitantes de Paraty. Quando se diz que o número de vítimas de crimes por arma de fogo aporta aproximadamente três vezes os números da capital, o espanto é ainda maior.

Assim, nosso objetivo geral é analisar e associar a especulação imobiliária desencadeada a partir da década de 1970 em Paraty com outros elementos que presumimos concorrer para a exclusão social e desigualdade, e por consequência, índices de violência elevados. De maneira mais específica, nossos objetivos são: i) estabelecer um paralelo teórico entre especulação imobiliária e desigualdade buscando associar mediações sobre a realidade da desigualdade e violência em Paraty; ii) analisar a formação econômica e o desenvolvimento territorial da cidade para buscar estabelecer as relações entre a especulação imobiliária e a segregação socioterritorial paratiense e, por fim, iii) inferir em que medida exclusão social e desigualdade estão associadas a violência registrada em Paraty.

A hipótese central que norteia esse trabalho é que a especulação imobiliária desencadeada a partir da década de 1970 em Paraty retirou os habitantes de seus locais de moradia, seja pela expulsão de áreas de interesse turístico ou venda de imóveis no centro histórico e adjacências. Como consequência, os habitantes que viviam da pesca ou outras atividades ligadas ao meio ambiente e às tradições, ficaram concentrados em bairros urbanos, perdendo as referências históricas, inclusive suas formas subsistência, gerando problemas sociais de toda ordem, inclusive violência crescente.

Complementando a hipótese principal, as pessoas que passam a migrar para Paraty e explorar o potencial turístico da região auferem renda elevada, exploram o comércio, prestação de serviço e o turismo, poucos comerciantes locais prosperam; as ocupações que restam aos paratienses são posições subalternas e mal remuneradas. Assim, esse processo de ocupação territorial determinado pelos interesses especulativos gerou exclusão social e desigualdade que são, em nossa hipótese, contribuintes importantes pela violência registrada na localidade.

Do ponto de vista metodológico, para dar respostas adequadas às questões será necessário lançar mão de pesquisa quantitativa, qualitativa e incursões in loco que propiciaram conhecer o objeto com proximidade.

A princípio o levantamento de dados pode ser estudado, tomando-se especialmente o Atlas da Violência produzido pelo IPEA e com dados do IBGE. Para além, contaremos com as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Para a revisão bibliográfica dos conceitos de desigualdade, exclusão social e violência estrutural, pretendemos considerar as perspectivas e instrumental das ciências sociais, conceitos bastante amplos e gerais que se referem a objetos desigualmente apropriados pelos atores sociais.

O conceito de violência estrutural que nos parece adequando à discussão proposta é entendido como a violência produzida pela organização econômica e política das sociedades. Esta violência se expressa na desigual distribuição do poder e, conseqüentemente, em oportunidades desiguais, na discriminação e na injustiça (na distribuição do rendimento, no acesso à educação, por exemplo). Assim, em diálogo com essa perspectiva, para os objetivos propostos entendemos que o conceito de violência estrutural de Johan Galtung (1990) é bastante valioso, especialmente por lançar luz às oportunidades desiguais, discriminação e na injustiça social.

Será fundamental pesquisar os artigos acadêmicos que articulam os conceitos discutidos à violência verificada contemporaneamente em Paraty. Todavia, dado o foco do trabalho, uma pesquisa em sites de jornais e revistas será fundamental para avançarmos na pesquisa pretendida.

Os dados mais impactantes se deram quando partimos da evolução dos índices de homicídio por arma de fogo, a partir do ano 2000 até 2017, período no qual mais que dobrou o número de mortes por 100 mil habitantes em Paraty. Buscamos nos aprofundar nesses dados, notadamente nos quatro últimos anos da série.

Adiantamos que o período compreendido no trabalho teve foco em dados dos anos de 2016, 17, 18 e 19, considerando que as fontes principais (IPEA, Governos do Estado do RJ, HMHM) organizam e compilam seus registros de forma diversa entre eles, sendo necessário análise mais cuidadosa da relação entre tais dados, todavia, foi necessário fazer uma digressão histórica para contextualizar o objeto de estudo em termos dinâmicos e assim avançarmos na questão da violência. Adiantamos ainda que Paraty é uma das cidades mais violentas do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que é conhecida como um grande polo turístico com perfil cultural e eventos internacionalmente reconhecidos. Podemos assim, nesse trabalho, pensar a relação entre especulação imobiliária, desigualdade e exclusão social como temas estruturantes da violência em Paraty que, guardadas as limitações do seu espectro de estudo, pode oferecer alguns elementos e interpretações para além das consequências do narcotráfico, crime organizado, guerra de facções e demais ações criminosas que não podem ser desconsiderados.

A partir dessas informações preliminares percebemos que não se trata de uma cidade com questões simples a serem tratadas, nos interessando assim como objeto de pesquisa para contribuirmos nas reflexões mais aprofundadas sobre o processo de desenvolvimento mais amplo da cidade e sua população, sendo esse o propósito final dessa dissertação.

## 1. ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E DESIGUALDADE

O que se pretende neste capítulo é analisar as interligações entre a especulação imobiliária, notadamente urbana, e a desigualdade e exclusão social. Os dois focos analíticos são de extrema complexidade e, por esse motivo, acabam sendo tratados, muitas vezes, separadamente na teoria. Seguindo esse caminho, esta dissertação se insere teórica e metodologicamente dentro desta perspectiva histórica integrando analítica e dialeticamente, de um lado, a especulação, a cidade, o urbano e, de outro, a violência, exclusão e desigualdade.

Enquanto digressão necessária é importante destacar que a questão fundiária, notadamente a posse e a propriedade da terra, é determinante nos processos de organização da sociedade, caracterizando, dessa forma o entendimento contratualista de Rousseau. A passagem de modelos de produção, econômicos – escravidão, servidão, trabalho assalariado – além de um conjunto de complexas relações estabelecidas socialmente, antes e durante o capitalismo, se desenvolveram e estruturaram a sociedade em sua fase atual se originaram na questão da posse e propriedade da terra.

No capitalismo, principalmente a partir da Revolução Industrial, se depreende um processo de urbanização e industrialização marcado pela emergência do trabalho assalariado e o gradativo “esvaziamento” do campo, acelerado ao longo do século XX, traçando características de um urbano que perduram até hoje, tais como: urbanização via industrialização, movimentos migratórios no sentido campo-cidade e uma profunda divisão social e territorial “dos lugares”. A partir da histórica e ininterrupta divisão do trabalho, os núcleos urbanos passaram a transformar os elementos originários no campo, os transformando em mercadorias, vendidas em centros urbanos que passaram a ser mais caracterizados por sua condição de mercado do que pela condição de cidades. Assim, na medida em que as forças produtivas se desenvolveram, o campo e a cidade passaram a estabelecer trocas de produtos exclusivos de cada lugar, incorporados de valores de uso e troca (SINGER, 1968).

O desenvolvimento crescente de meios de comunicação e transporte resultou em constantes articulações entre lugares, permitindo a constituição de



uma rede urbana pautada na heterogeneidade, interdependência e na hierarquia (SPOSITO; WIHTACHER, 2006).

Mesmo apresentando divergências sobre as consequências do processo de globalização, David Harvey (2001) e Manuel Castells (2000) mostram com clareza as alterações que vêm ocorrendo nas últimas décadas, com maior intensidade nos últimos vinte anos. A leitura de Castells (2000) é inovadora em um duplo sentido. Em primeiro porque ele traz à tona uma imbricação de temas muito relevantes para serem pensados no conjunto. Por outro lado, ele inova a si mesmo, abandonando claramente as categorias de análise marxista muito presentes em obras anteriores.

Em que pese isso, estão presentes na obra de Castells elementos importantes para se pensar a velocidade das novas tecnologias e os arranjos e rearranjos que essas tecnologias trazem para os diversos espaços mundiais. Grosso modo, Castells elenca três fatores principais para a competitividade na economia global. Primeiro é a capacidade tecnológica, entendida enquanto um sistema científico/tecnológico/industrial/social; o segundo fator é o acesso aos grandes mercados internacionais e, por fim, o diferencial de custos de produção comparativamente entre a origem e o destino do produto. A cidade-mercadoria vai ganhando forma, nesse sentido.

As grandes alterações recentes no padrão de acumulação capitalista encontram em Harvey uma das análises mais bem-feitas desse processo que o autor denominou de Acumulação Flexível. Grosso modo, isso se apresenta nova cara do processo de produção capitalista, permeado de inovações produtivas e financeiras que revolucionaram e revolucionam todos os setores culturais, sociais, econômicos e, entre outros, espaciais e, em sendo assim, contribuindo para o aumento da especulação imobiliária e acumulação de uns poucos e o aumento da pauperização e espoliação de muitos outros.

A realidade mostrada por Harvey é aquela que dá sentido explicativo à espacialidade tradicional do capitalismo. Em outras palavras, concentração, desequilíbrios regionais, das migrações desterritorializantes, da degradação socioambiental, das periferias das cidades, do urbanismo segregador, da involução das pequenas cidades, da modernização predatória do campo. O embate entre as órbitas financeiras, produtivas e territoriais é constante. Contudo

com um traço geral: no embate das elites nacionais os perdedores são os pobres. Fortalece-se o subdesenvolvimento nacional.

A problemática do desenvolvimento nacional está em aberto. Fazem-se necessários estudos que ajudem a entender os diversos dilemas que impossibilitaram e impossibilitam a construção de um projeto nacional que enfrente a pobreza e exclusão presentes na cidade dual, que ao mesmo tempo em que se mercantiliza, mercantiliza também as relações sociais presentes nela.

O Brasil, de certa forma materializa a problemática descrita, na medida em que foi constituído na colonização para potencializar a acumulação capitalista na Europa. As terras distribuídas entre os membros da nobreza portuguesa serviram, primeiro à exploração do pau-brasil, e não se alteraram substancialmente nos ciclos da cana-de-açúcar, café ou qualquer outro produto primário que serviu aos interesses das elites no Brasil (CARVALHO, 2015). Ou seja, o sistema de produção implantado no Brasil, ainda em sua fase colonial foi alicerçado na monocultura, em grandes extensões de terras, com trabalho escravo e produção destinada, quase exclusivamente, ao mercado internacional. Nas palavras de Carvalho (2011):

Esse sistema conhecido como plantation foi ratificado durante o Segundo Reinado, em 1850, pela imposição da Lei de Terras, seguida pela abolição da escravatura, em 1888. As crises endógenas do complexo cafeeiro, somadas à negação legal do acesso às terras, geraram um precoce êxodo rural. Mas a perda de oportunidades no campo não ocorreu concomitantemente ao aumento de oportunidades de emprego nas cidades, gerando também uma segregação socioespacial no urbano. O êxodo rural brasileiro, com todas as suas implicações urbanas, não foi caracterizado, portanto, pela busca de melhores condições sociais e econômicas, mas sim porque se tornou uma das poucas alternativas possíveis (CARVALHO, 2011, p. 13).

Considerando a posse e propriedade da terra no Brasil, nunca houve ruptura desde a colônia até o modelo de agronegócio de hoje. A distribuição via sesmarias e capitâneas hereditárias no início da ocupação territorial instituiu uma estrutura latifundiária que foi ratificada pela Lei de Terras de 1850 e passou incólume pela modernização agrícola, nos marcos da Revolução Verde que ainda hoje caracterizam o campo brasileiro.

A manutenção do status social e de poder que se estabelece durante os períodos de modernização se aplica perfeitamente à questão da posse e propriedade da terra no Brasil. Florestan Fernandes (1975) trata desse tema

dentro da análise sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, explicando o convívio do “moderno e arcaico” no qual a força modernizante do capitalismo foi incapaz de superar a relação de dominação colonial. Os elementos modernizantes, como o florescer da indústria, não foram capazes de romper a dominação dos coronéis e construir a “ordem social competitiva” e, assim, distribuir os benefícios do capitalismo de forma ampla (FERNANDES, 1975).

A acelerada urbanização do século XX foi, ao mesmo tempo, reflexo e efeito da modernização produzida pelo capitalismo no Brasil e contribuíram para estruturar um capitalismo tardio, dependente e periférico. O desenvolvimento da indústria produzido de forma mais estruturada pelo Estado varguista e a modernização conservadora, pela qual o país passa pós 1964, foram – junto da inexistência de uma reforma agrária – grandes responsáveis pelo elevado grau de urbanização nacional que, segundo o censo demográfico de 2010, chegou a 84,36% (IBGE, 2010).

O êxodo rural e o processo de urbanização no Brasil alteraram o local de moradia da população, contudo manteve a precária condição marginalizada de parte significativa da população. Novamente assiste-se ao “*moderno e o arcaico*” em articulação para a manutenção dos privilégios econômicos, políticos, sociais e também territoriais de uma elite.

O contingente de trabalhadores rurais, formado pela população escravizada recém liberta, imigrantes, índios e demais remanescentes da sociedade colonial, na trajetória de urbanização nacional do século XX, acabaram se convertendo, segundo Singer (1981), em “subproletários” urbanos. Para Benjamim et al (1998), “Assim como a solução das elites para a questão da escravatura se desdobrou em questão agrária a partir da segunda metade do século XIX, a questão agrária jamais solucionada se desdobrou em questão urbana na segunda metade do século XX” (p. 87).

Sobre a evolução da urbanização e das ocupações nos centros urbanos e no meio rural, Singer (1981) demonstra o forte deslocamento e a concentração da renda no Brasil. Os trabalhadores do campo, caracterizados pelo trabalho itinerante e ou volante, formam, nas cidades, uma grande massa de homens e mulheres sem profissão e de baixa remuneração. Mesmo a pequena burguesia, formada por pequenos comerciantes e prestadores de serviços, assemelha-se

mais a desempregados, por conta da baixa remuneração, observou Singer (1981).

Em uma estratégia do capital de rebaixamento de salários e maior extração de mais valia absoluta e relativa, esses trabalhadores sem profissão, compondo um expressivo exército industrial de reserva de baixa remuneração fornecem ampla e barata oferta de mão-de-obra. Todavia, essas pessoas, trasladadas às cidades, ao mesmo tempo em que alteram as taxas de urbanização nacional, passam, quando desterritorializados, a serem vítimas da negação ao direito às cidades, relegados às áreas de maior precariedade social e territorial.

Esse fenômeno é muito característico no Brasil, mas não se encerra nele, uma vez que a lógica do capital não se ensimesma, impactando diversos lugares. A relação entre desenvolvimento industrial e urbanização nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas é discutida por Castells (1983), que, inicialmente questionando o conceito de subdesenvolvimento, ao invés de concordar com a ideia de que há uma linha evolutiva em que a urbanização é uma etapa para chegar ao mesmo lugar dos países desenvolvidos, prefere especificar essas sociedades a partir do conceito de Charles Bettelheim, como “*países explorados, dominados e com economia deformada*” (BETTELHEIM, 1967, apud CASTELLS, 1983, p. 59). Manuel Castells também diferencia as cidades entre “geradoras” ou “parasitárias” em função de sua capacidade de produzir e distribuir riqueza à população de forma a não sobrecarregar o Estado.

Nesse interim, importante ressaltar que, segundo Milton Santos (2003), não se trata de recuperar a visão resumida de Hoselitz (1961), na qual os problemas urbanos são expressos em termos de atração urbana e a expulsão rural e, assim, as cidades nos países subdesenvolvidos se classificariam em parasitárias ou geratrizes. A ideia aqui que se busca ressaltar é mais complexa e indica que:

(...) o papel da cidade consiste em tornar viáveis as possibilidades econômicas, sociais, tecnológicas e institucionais que governam a quantidade da mais-valia nela concentrada. Há "cidades geradoras", que alocam somas consideráveis de mais-valia acumulada dentro de si em formas de investimento que ampliem a produção e há "cidades parasitárias", cuja organização econômica e social é dedicada ao

consumo do excedente social. A integração do mercado seria então uma ferramenta para a preservação do urbanismo e da integração espacial, pois estimula a criação, a mobilização e a concentração do excedente social. Assim, considerando o conceito de excedente, o modo de integração econômica e a organização espacial é possível desenvolver uma estrutura para interpretar o urbanismo e sua expressão tangível, a cidade (LIMA; SIMÕES; MONTE-MÓR; 2014, p. 233)

No Brasil, onde se verifica essa condição típica do capitalismo, a urbanização é um problema adicional. Grandes cidades onde há ocupação na indústria para a pequena parte da população, a maioria se ocupa de empregos precários ou informais de baixa remuneração, apresentam mais problemas à manutenção do Estado e desenvolvimento capitalista do que perspectivas favoráveis, cidades “parasitárias” no conceito de Castells<sup>1</sup>.

O descompasso entre a concentração urbana e o desenvolvimento econômico, fundamentalmente industrial, gerou concentração populacional sem a respectiva oferta de ocupação e geração de riqueza, o que resultou apenas em custo ao Estado e problemas sociais de difícil solução nas cidades brasileiras. Dentre todos os problemas urbanos, a violência, criminalidade e seus efeitos tem se mostrado crescente e é tema de alta sensibilidade para a população, e de fato registros estatísticos comprovam tal fenômeno, especialmente nas grandes cidades. Na imprensa, números como 346% de crescimento de mortes por armas de fogo nos últimos 30 anos<sup>2</sup>, e duplicação da taxa de mortes violentas por contingente da população<sup>3</sup> reforçam sempre a tese de motivações externas.

Paraty não é uma grande cidade, contudo aspectos como explosão dos números sobre violência, crescimento desordenado e desigualdade de renda estão presentes e a bibliografia que toma as metrópoles como referência nos ajudará a entender muitos aspectos da análise dessa pequena cidade da Costa Verde no sul do estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> Apenas como ilustração, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pela Fundação Seade e pelo Dieese, mostram que a taxa de desemprego total na Região Metropolitana de São Paulo era de 16,2%, em janeiro de 2018.

<sup>2</sup> Conforme: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/03/numero-de-mortos-por-arma-de-fogo-cresce-346-em-30-anos-diz-estudo.html>. Acesso em 20/12/2019.

<sup>3</sup> Conforme: <https://exame.abril.com.br/brasil/o-mapa-dos-assassinatos-no-brasil-nos-ultimos-30-anos/>. Acesso em 20/12/2019.

No senso comum ainda persistem lógicas explicativas nas quais a motivação fútil, a indisposição ao trabalho, a falta de leis severas, o policiamento insuficiente e ineficiente. Em outras palavras, a complexidade do problema ainda não encontra eco nas falas dos cidadãos. Para além do senso comum, Jesse Souza (2009) trata tal fenômeno como uma espécie de pacto tácito pela naturalização da pobreza e miséria, justificando sua responsabilidade aos próprios excluídos, que chama de “*ralé*”. Tal realidade violenta é mais intensa com a população jovem e moradora das periferias das cidades, mas justificada pelo consenso social em torno da desigualdade descrito por Souza. Somente quando a violência atinge indivíduos de estratos sociais médios ou superiores, acaba reconhecida como problema e ocupando os debates políticos, mídia e conjunto dos meios de mobilização social, contudo nunca sequer se tangencia todo espectro social estruturante da violência.

Além da violência, as populações das periferias pobres das cidades são as principais atingidas por outros aspectos da urbanização “parasitária”, repetindo mais o entendimento de Castells (1983) do que de Hoselitz (1961). A dificuldade de acesso a direitos básicos como saúde, educação e cultura se constitui como um sistema de opressão e exclusão, muito longe de qualquer conceito de cidadania.

Sobre a criminalidade, Tereza Caldeira (2000) desenvolve conceitos que explicam questões fundamentais a esse debate. O primeiro deles é “discurso sobre o crime”. Para a autora, o discurso sobre o crime é um princípio classificatório que estabelece fronteiras nítidas entre o bem e o mal. Caldeira (2000) elenca narrativas colhidas em entrevistas sobre o crime e os criminosos, mostrando como elas ressignificam a experiência do crime e reproduzem estereótipos. A autora demonstra o funcionamento do princípio classificatório na fala de uma senhora de classe média, imigrante italiana, que se refere a outros migrantes nordestinos, recém-chegados ao bairro, como responsáveis pelo aumento da criminalidade, exemplo da exclusão e desigualdade naturalizadas.

O princípio classificatório de exclusão e distanciamento percebido pela autora é capaz de transformar a categoria que estaria mais próxima do narrador, migrante italiano, mas que é diferente do migrante nordestino, entendido como de outra classe social. Ainda mais interessante no trabalho é que, essa “criação de fronteiras” não se limita a um universo social, pois o mesmo mecanismo atua

entre moradores da periferia e de bairros de elite da cidade de São Paulo (CALDEIRA, 2000). O conceito de *discurso sobre o crime* se alinha à ideia da *ralé* desenvolvido por Souza (2009), orientando o entendimento da naturalização da exclusão e da desigualdade. Nesta última obra, novamente a violência aparece como uma construção do indivíduo desclassificado, sem vontade de trabalhar, um vagabundo que prefere o crime ao trabalho e por isso qualquer medida se justifica.

Esse cidadão marginalizado é entendido por Caldeira (2010) como uma das maiores contradições do Brasil contemporâneo, onde a expansão da cidadania política, através do processo de transição democrática, se desenvolveu *pari passu* com a deslegitimação da cidadania civil e a emergência de uma noção de espaço público fragmentado e segregado, denominada na obra de democracia disjuntiva. Os depoimentos dos entrevistados sobre a criminalidade urbana, a instituição policial, os direitos humanos e as práticas de privatização do espaço com o objetivo de manutenção da segurança e afastamento da ameaça à mesma revelam e reproduzem essa disjunção.

Segundo essa lógica da disjunção, a democracia brasileira se funda no entendimento que o imigrante italiano de classe média, exemplo mais emblemático em Caldeira (2010), bem como os demais cidadãos dentro do recorte de classe, tem direito à proteção do Estado, e é seu credor. Assim como a população pobre e marginalizada, a *ralé* de Jesse Souza (2010) é o grande devedor do Estado Nacional Brasileiro. Portanto, aos primeiros a proteção e a legitimação de suas medidas de proteção, como a privatização do espaço público, aos demais a pecha de bandido, ação policial violenta, a repressão, enfim a aplicação da lei que segundo essa lógica é branda.

Caldeira (2010) trata ainda de outro reflexo importante do *discurso sobre o crime*, a saber: a "cultura de violência". Essa "cultura" impera na própria instituição policial e na sociedade como um todo e que justifica práticas de tortura e de desrespeito aos direitos civis. Da mesma forma, os condomínios fechados e *shoppings centers* são vistos como espaços segregadores e homogeneizadores em oposição ao espaço público moderno - heterogêneo e aberto. Tudo se passa como se duas lógicas opostas estivessem em confronto: de um lado, a lógica da democracia, dos direitos civis e de suas instituições; do outro, a lógica da violência e da segregação. Esta última estaria sempre

ameaçando o sucesso da primeira, tornando-se um entrave para o pleno desenvolvimento da democracia no país. Assim, voltamos a uma questão inicial, a "*modernidade incompleta*" e a convivência do moderno e do arcaico de Florestan Fernandes.

O entendimento desenvolvido pelos autores que estudaram a formação da sociedade brasileira excludente e desigual, estruturada na concentração fundiária que, relegou ao trabalho posição subalterna na escala de valores e status social, se mantém intocado na acelerada transição à urbanidade contemporânea. Os problemas verificados na sociedade brasileira contemporânea, superficialmente parecem ser de outra natureza, mas como não relacionar a postura policial descrita por Caldeira (2009) como parte da "*cultura da violência*" com a transição dos capatazes e feitores de escravos às forças policiais regulares.

Essa violência contra a porção mais pobre da população brasileira tem sido a política pública implementada ao longo da história do Brasil. Conjuntamente ao processo de legitimação de sua aplicação temos componentes razoáveis para discutir o conceito de Johan Galtung (1990) sobre violência estrutural. O tema é entendido pelo autor como a violência produzida pela organização econômica e política das sociedades. Esta violência se expressa na desigual distribuição do poder e, conseqüentemente, em oportunidades desiguais, na discriminação e na injustiça (na distribuição do rendimento, no acesso à educação, por exemplo), definindo a violência estrutural como a que não é praticada por um agente concreto com o objetivo de infringir sofrimento, mas é gerada pela própria estrutura social, sendo as suas formas mais relevantes a repressão, em termos políticos, e a exploração, em termos econômicos (GALTUNG, 1990)

Minayo e Souza (1997) afirmam que para se compreender a violência estrutural é necessário reconhecer sua complexidade, polissemia e controvérsia. A violência não é praticada isoladamente por um indivíduo, ou uma quadrilha simplesmente para um fim objetivo, é muito mais complexa do que isso, trata-se de manifestações sociais, dissimuladas e ideológicas que em sua forma visível, esconde as contradições e formas de dominação que contém. Nas palavras das autoras:



Qualquer reflexão teórico-metodológica sobre a violência pressupõe o reconhecimento da complexidade, polissemia e controvérsia do objeto. Por isso mesmo, gera muitas teorias, todas parciais. Neste artigo, levando em conta o que acontece na prática, dizemos que a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Na verdade, só se pode falar de violências, pois se trata de uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas (MINAYO; SOUZA, 1997, p. 514).

A violência dos assaltos, roubos, agressões e assassinatos que amedronta as pessoas, é entendida pela sociedade, primeiro, como fruto da indolência e falta de aptidão de um grupo social pelo trabalho, ideia construída ao longo da história, sistematizada por Jesse Souza (2009) como o pacto social tácito de manutenção da desigualdade e exclusão social, no qual a população pobre e fundamentalmente negra não tem e não terá acesso à cidadania e dignidade.

Um segundo entendimento, do senso comum, a respeito da violência refere-se à incompetência do Estado para estabelecer leis duras o suficiente e cumpri-las eficazmente com o uso das forças policiais. O resultado da aplicação das políticas de combate típico da violência defendidas em campanhas eleitorais, e a absoluta e deliberada exclusão das razões sociais do problema, tem resultado na morte indiscriminada de vasto contingente da população jovem e negra. O Brasil é um dos países onde mais se assassina jovens no mundo.

Segundo o Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas (UNICEF/ONU), o Brasil com 59 mortes por 100 mil adolescentes, tem a sétima maior taxa de homicídios no mundo, ficando atrás de Honduras (64,9), El Salvador (65,5), Colômbia (70,7), Venezuela (96,7), Iraque (134) e Síria (330), os últimos dois em guerra civil. Segundo o IPEA, entre 2005 e 2015, o número de jovens entre 19 a 25 anos mortos no país cresceu 16,7%. Enquanto a taxa de homicídios da população em geral é de 28,9 casos para cada 100 mil habitantes, entre os jovens a proporção é de 60,9 casos segundo o *Atlas da Violência* do IPEA (2017).

A taxa de homicídios da população negra no Brasil superou em quase 2,5 vezes a da população não negra em 2015. Em 2004 a taxa de homicídios da população negra (pretos e pardos) era de 31,5 para cada 100 mil habitantes, a proporção chegou a 38,5 para 100 mil em 2014, um aumento de 18,2%. Já para

o ano de 2015, o registrado foi de 37,7 para 100 mil, uma queda inexpressiva se comparado com o ano anterior.

O impacto da violência contra negros no quadro geral se verifica no número de crescimento da violência no período, quase oito pontos percentuais, é mais intenso para a população negra que para a população brasileira em geral, que teve um aumento de 10,6%, passando de 26,1 homicídios para cada 100 mil habitantes em 2005 para 28,9 em 2015. A população não negra (brancos, amarelos e indígenas), por sua vez, vivenciou uma queda na taxa, que deixou os 17,4 homicídios por 100 mil habitantes em 2005 para 15,3 por 100 mil em 2015.

As desigualdades verificadas nos números nacionais a respeito da incidência de crimes contra jovens e negros é referência para nosso estudo sobre Paraty, poderemos analisar frente aos números da cidade qual a correspondência dessa realidade do Brasil com nosso objeto de pesquisa.

É fundamental considerar que os números sobre a violência, bem como a sensação das pessoas a respeito do problema se avultaram a partir da década de 1980 no Brasil. As condições de urbanização acelerada e sem planejamento foram decisivas para a estruturação dessa realidade, expressa nos números sobre violência enquanto um problema social, contudo, tais dados também serviram para a construção e sustentação de uma narrativa, que Tereza Caldeira (2009) conceituou de “*discurso sobre o crime*”.

É fato que a realidade de violência estrutural, não é uma novidade da década de 1980, ela já estava dada, desde a opressão e extermínio de indígenas, sequestro de populações africanas que sustentaram três séculos de escravidão. Assim, a sociedade brasileira seguiu sua trajetória histórica configurando um legado de uso da polícia para o extermínio de negros pobres na periferia. Nesta trajetória histórica, o estabelecimento e desenvolvimento de centros urbanos foi o elemento que faltava a essa combinação explosiva de pobreza, desigualdade, preconceitos de toda ordem e violência estrutural.

O problema da violência no Brasil, tornado sensível a cerca de 40 anos, é fruto de inúmeras razões, entre elas algumas que pontuamos brevemente. Os números da violência na década de 1980, drásticos para o período, quando comparados com os dados mais recentes, são residuais. A dramática situação

do país aproxima algumas regiões brasileiras a situações de conflito civil armado, ou mesmo uma guerra.

As cidades continuam sua trajetória de crescimento, mas, por outro lado, soluções práticas e efetivas à melhoria das condições de vida da população não acompanharam o mesmo ritmo. Assim, persistem e se agravam condições de opressão e violência contra a vida dos cidadãos, notadamente os de maior vulnerabilidade.

Questionar o modelo de desenvolvimento e planejamento urbano das cidades e os princípios de urbanização é uma tarefa necessária, principalmente porque a urbanização brasileira foi marcada pela ausência do planejamento e pelo descaso com o desenvolvimento. O êxodo rural, especialmente da segunda metade do século XX no Brasil, é a principal causa dos problemas verificados desde os anos 1980 e agravados hoje.

Se a cidadania é historicamente negada aos brasileiros pobres e negros, ou seja, dito de outra forma, se a cidadania é negada a mais da metade da população brasileira, a itinerância é uma característica desta população. Em seu deslocamento e reassentamento, a marca continua sendo a precariedade e o território o mais distante do emprego, dos equipamentos de saúde e educação, da cidadania enfim.

Assim como a concentração fundiária é a grande cisma do campo e impeditivo para o desenvolvimento social, nas cidades não é diferente. A falta de planejamento urbano, crescimento desordenado e a lógica da especulação imobiliária foram a tônica do crescimento das cidades. Dentre os estudos que buscam entender como as cidades podem oferecer condições de superação da realidade de exclusão, Jane Jacobs (2011) desenvolve uma lógica a respeito das cidades onde o conhecimento sobre o funcionamento e necessidades das cidades e das pessoas na cidade são as diretrizes para o planejamento urbano em contraposição às questões de natureza econômica.

As formas como as cidades brasileiras se desenvolveram as tornaram um cenário de vivências, de relações de poder, diferenças sociais, arquitetônicas, de paisagens e da ausência de respeito para com o principal personagem, o indivíduo como cidadão. Jacobs (2011) estabelece uma crítica em relação à função, uso e ocupação das construções, atrelado à infraestrutura que não valoriza e desconsidera seus moradores, reforçando o desrespeito e segregação

da sociedade e negando qualquer oportunidade integração. “O raciocínio econômico da reurbanização atual é um embuste”, afirma a autora, pois, segundo ela, a prática de uso dos recursos é um engano, uma vez que, mesmo sabendo que as favelas e outras habitações ou bairros precários são considerados parte integrante das cidades, os gestores de políticas públicas desenvolvem uma prática de reurbanização que ainda não suprem as necessidades mais urgentes da população.

Jane Jacobs (2011) propõe a cidade, com suas ruas, praças e demais dispositivos e aparelhos urbanos direcionados à qualidade de vida das pessoas, à integração social, o que certamente produziria outros e melhores resultados do ponto de vista da violência. Ao invés disso, verificamos o fenômeno de multiplicação dos condomínios, como trata Tereza Caldeira (2010).

Como se os problemas existentes não bastassem, no último período caracterizado pelo avanço do ideário neoliberal, o mercado tem esticado seus domínios sobre o direito à moradia. Governos investindo recursos públicos em políticas de interesses de construtoras e instituições financeiras ao invés de garantir moradia de qualidade aos mais pobres, conforme nos alertou Raquel Rolnik (2017). Essa prática tem se tornado a tônica dos debates sobre a moradia nas cidades desde o EUA e Europa Ocidental até a América Latina. Da simples posse de largas glebas em regiões bem localizadas à espera de valorização ou da necessidade de venda, caso clássico de especulação imobiliária observada em qualquer cidade do Brasil, a posse e propriedade de imóveis passou a interessar ao grande capital internacional, “o mercado”, sem falar nas possibilidades de exploração financeira de toda ordem.

Com foco no Brasil, Rolnik (2017) avalia a evolução recente das políticas habitacionais e urbanas no país, inclusive na era Lula e, à luz desses processos globais, nos ajuda a pensar as especificidades da crise urbana no país que também sucumbe à construção da hegemonia da propriedade individual e da transmutação dos imóveis em ativos, realidade que pode ser observada em nosso objeto hoje, no processo de redescoberta e transformação da cidade em polo turístico, que em nossa hipótese contribuiu com a desigualdade e se associa às causas da violência na cidade.

De fato, a violência, em especial a violência urbana no Brasil, é um tema absolutamente “complexo, polissêmico e controverso”, usando as palavras de

Minayo e Souza (1997). Tereza Caldeira (2009), também contribui com o debate, na medida em que estrutura o pensamento *sensu comum* sobre a violência urbana e ainda consegue descrever os pilares de sustentação do preconceito de classe que descende e se mistura ao preconceito racial onipresente em nossa sociedade que condena metade do povo brasileiro à miséria e opressão de toda ordem.

Em síntese, deste debate podemos depreender que, sem planejamento urbano, tampouco aplicação de qualquer lógica que possa desenvolver cidades para as pessoas e vivências que humanizem as relações na cidade, o resultado é a escalada da violência produzida pela sociedade em todos seus aspectos.

## 2. FORMAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E DINÂMICA SOCIAL EM PARATY

Paraty é um município localizado no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, distante 258 quilômetros da capital, a cidade do Rio de Janeiro e teve sua emancipação política decretada pelos colonizadores portugueses em 1667, após várias revoltas populares contra o centralismo que Angra dos Reis exercia sobre a cidade, em especial após a revolta liderada por Domingos Gonçalves de Abreu. Tornou-se assim independente, com *status* de Vila de Paraty.

O conhecimento dos índios Guainás, habitantes originais do território, possibilitou fácil transposição da serra e acesso ao Vale do Paraíba, o que no ciclo do ouro evoluiria para a Estrada Real, importante ligação com as cidades que extraíam ouro e pedras preciosas em Minas Gerais. A força econômica que a condição de entreposto comercial proporciona durou até ser substituída, pelo menos parcialmente, pela produção de aguardente. Ao fim do século XVIII, dois terços dos engenhos do destilado alcoólico estavam estabelecidos em Paraty, que passou a ser reconhecida como cidade em 1844.

**Figura 1 - Imagem aérea do centro histórico de Paraty na década de 1940**



Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico de Paraty – Rio de Janeiro 2003

Ainda sobre uma linha do tempo para a história de Paraty, podemos estabelecer como marco emancipatório o momento em que a cidade, ainda no século XVII, se torna um importante entreposto comercial instalado pela colônia portuguesa. Antes disso, há registros de povoamento de Paraty na primeira metade do século XVI, período no qual a região encontrava-se compreendida na Capitania de São Vicente (RIBAS, 2003).

O atual Centro Histórico da cidade se deu em decorrência da doação de uma sesmaria, em 1636, para a instalação de um povoado sob a condição de que ali fosse erguida uma capela – em homenagem a Nossa Senhora dos Remédios – e de que os indígenas locais não fossem molestados. Fruto disso, em 1667, Paraty foi reconhecida como Vila Nossa Senhora dos Remédios de Paraty (RIBAS, 2003).

O papel estratégico de um entreposto comercial varia conforme o que é transportado e também do volume de recursos que se mobiliza em termos de capital mercantil e infraestrutura o que, no caso de Paraty, foi robusto dado que a cidade foi entreposto dos principais produtos do Brasil colonial, a saber: pedras preciosas, ouro e, em seguida, café. Isso foi possível em função da posição estratégica do porto e da ligação entre Paraty e Minas Gerais, conhecida hoje como Estrada Real, condições que foram ideias, por período relativamente longo, para dar importância econômica, estratégica e política ao local.

Essas condições ideias de Paraty passaram a mudar em função de algumas transformações exógenas à região, em especial a i) construção de outros portos no litoral; ii) a instalação da estrada de ferro ligando o vale do Paraíba ao Rio de Janeiro; iii) a proibição de transporte de ouro pela estrada de Paraty, em 1710 e; iv) a efetivação do “Caminho Novo” ligando a cidade do Rio de Janeiro à Minas Gerais. Esses quatro fatores fizeram com que a cidade fosse perdendo importância, tendo a cidade se dedicado à atividade de troca de escravos por cachaça que eram vendidos ao interior do país, para no período seguinte se consolidar como entreposto de café.

Mesmo com reveses econômicos, em 1722 é erguida a igreja de Santa Rita, considerada cartão postal de Paraty e, em 1725, a do Rosário. Para além das igrejas, já no final do século XVIII havia 392 casas e 35 sobrados e Paraty já contava com mais de 6500 pessoas (SALES, 2012).

Os proprietários e ocupantes dos prédios da cidade de Paraty colonial – espaço hoje conhecido como centro histórico – eram, em sua maioria, funcionários públicos que trabalhavam no “quinteiro” (espécie de alfandega que tinha a função de cobrar os impostos para a Coroa), na administração da cidade e comerciantes e artesãos locais. Já no início do século XIX, com o resultado das atividades comerciais e burocráticas, foi possível construir uma nova igreja, a de Nossa Senhora das Dores, e um novo caminho calçado de pedra ligando o município paulista de Cunha à Paraty (SANTOS, 2001).

Em 1820 já operando como entreposto para a exportação de café, a cidade ganhou um novo impulso comercial o que, por seu turno, contribuiu para a expansão urbana, avançando na edificação de novas casas, prédios comerciais e públicos, totalizando aproximadamente 400 casas e 40 sobrados, tendo uma população superior aos 10 mil habitantes (RIBAS 2003).

Importante destacar que a produção de cachaça, significativa quando do recuo das atividades de entreposto comercial para a exportação de ouro e pedras preciosas, permaneceu forte, desde o século XIX, mais pela qualidade e exploração turística que pela quantidade produzida no município.

Outro momento paradigmático para Paraty foi a abolição da escravatura, em 1888, momento em que houve uma redução populacional da cidade. Estimase que dos 16 mil habitantes registrados em 1851, sobraram menos de seis mil no final do século XIX em todo território paratiense e destes apenas 600 no Centro Histórico, fundamentalmente idosos, mulheres e crianças, uma vez que, os homens adultos buscavam trabalho em outras regiões (RIBAS 2003) <sup>4</sup>. O século seguinte marcou o isolamento da cidade até a construção da rodovia Rio-Santos e o seu “redescobrimento” como polo turístico e cultural, que se desenvolveu, notadamente a partir da década de 60 do século XX.

Em síntese, e de maneira a contextualizar nosso objeto de estudo aos marcos mais gerais da dinâmica socioeconômica do Brasil, é importante demarcar os ciclos que o país viveu nesse período e de que forma impactaram a cidade e definiram a sociedade que permaneceria ocupando o território até o

---

<sup>4</sup> A população escravizada era utilizada nos trabalhos de carga e descarga dos navios mercantis e na produção da cana-de-açúcar e cachaça. Aos poucos, libertos ou fugidos, se instalaram pela região em quilombos e outros assentamentos, misturando-se a indígenas e caiçaras, formando uma população dispersa pelo território da região, vivendo da agricultura e pesca.



ciclo do turismo. Assim, considerando o primeiro período, a exploração de metais e pedras preciosas e a dependência plena da metrópole, em Paraty se forma uma sociedade constituída de burocratas do serviço público e adjacentes, comerciantes e escravos negros além de populações indígenas não escravizadas. Como a quase totalidade dos impostos recolhidos (quinto) eram enviados à metrópole ou destinados à Igreja, cabia aos comerciantes e burocratas uma economia de subsistência. Todavia, o patrimônio eclesiástico cresceu e até hoje marca a paisagem do Centro Histórico.

À história de formação da sociedade colonial em Paraty falta um componente, à luz das interpretações de Florestan Fernandes sobre o restante do povo brasileiro, a saber: a construção de uma sociedade na qual os privilegiados formam uma oligarquia, sempre ligados à posse e propriedade rural que determinavam o destino do restante da população. No caso específico desse estudo poderíamos tratar dos proprietários dos alambiques de cachaça e altos funcionários a serviço da Coroa, contudo os primeiros não chegaram a atingir a posição de poder conceituada por Florestan, tampouco econômica e de relações com o restante do que viria ser formar burguesia brasileira, apesar de terem prosperado nesse período de ascensão da cidade. Talvez a relação econômica vinculada à produção da cachaça, sem alcançar uma expressiva produção do açúcar tenha levado a esse caminho diverso. Já os segundos, poucos e de menor relevância, estiveram por muito tempo em Paraty – apesar de seus descendentes terem, até hoje, propriedades e servirem jantares em diversas oportunidades festivas da cidade – foram prontos a mudarem-se a outros lugares sem criar vínculos com a cidade em declínio. Assim, a porção de artesãos, comerciantes e funcionários públicos dispostos a defender os privilégios dos ricos, caso houvessem se formado e consolidado, poderia ter formado uma classe média, mas foram pauperizados no período de retrocesso da cidade ou a deixaram para outras regiões.

No segundo período, a transição para o modelo de produção baseado na *plantation* – que não aconteceu em Paraty, mas sim criou as condições para a consolidação da função de entreposto do café, mais a frente – já demarca o início do declínio da cidade e o abandono da burocracia pública, antes necessária aos trâmites das remessas de metal e pedras preciosas. No início do século XVIII já havia forte diminuição do movimento no porto local, sustentado temporariamente

pelo comércio de café e pela transferência da família real portuguesa para a capital do Brasil, naquele momento o Rio de Janeiro, além do tráfico de escravos, a princípio legal e depois da proibição (1850), ilegalmente.

A esta altura Paraty vivia também da produção da cachaça com uma concentração de escravizados para a produção, e de operações marginais, além da subsistência. A população, reduzida no que hoje é chamado de Centro Histórico. O restante da população, fundamentalmente negra e indígena, se dispersava pelo território, vivendo imersa em áreas de mata atlântica.

É nesse período – que se compreendem os marcos históricos da Independência, Proclamação da República e Lei Aurea – que Paraty manteve empobrecida e isolada, tendo a Estrada Real como a única e precária comunicação com as demais cidades do estado e do país, situação que perdura até o fim da primeira metade do século XX.

Em 1925 não havia médicos ou dentistas em Paraty e a Santa Casa estava fechada. A formação de capital fixo e a diversificação das atividades mercantis-empresariais não se completaram localmente e os investimentos que surgiram pela região se deram a partir de um grupo de libaneses radicados no Brasil que compraram muitas terras na região e até hoje se notabilizam pela quantidade de posses de território, entre elas a família Klink.

O próximo período se configura com outras nuances e pode ser alinhado a várias interpretações do “desenvolvimento tardio, dependente e periférico” como entende Florestan Fernandes (1975) e a modernidade incompleta. Antes da construção da estrada Rio-Santos havia a predominância de populações caiçaras, quilombolas e indígenas, inclusive boa parte dos poucos moradores do Centro Histórico, menos de 500 nos primeiros anos do século XX, eram pescadores. Tal isolamento e recrudescimento da atividade econômica da cidade de Paraty por pelo menos meio século, mas em declínio a mais de um século, sustentando-se em atividades menores, secundárias frente ao apogeu que viveu, foram as condições necessárias à preservação do patrimônio arquitetônico e cultural que propiciou o redescobrimto da cidade e seu desenvolvimento turístico com todos seus atrativos diferenciais e as contradições inerentes neste processo.

No século XX até a década de 60 a variação populacional de Paraty se manteve em torno de 15 mil habitantes, segundo o IBGE<sup>5</sup>

Chegando ao período de “redescobrimto” da cidade, pode-se observar o movimento da população a partir da construção da Rio-Santos que encontrou a cidade com um pequeno aglomerado urbano no que hoje se chama centro histórico, e o restante da população disperso pelo território.

Os dados disponíveis nos censos de 1970 a 2010 sobre Paraty consideram um crescimento populacional de mais do que 135%, enquanto o Brasil viu a população dobrar no período<sup>6</sup>. Apesar do crescimento em quatro décadas ser sensivelmente maior, 35%, a variação na transferência de rural para urbano também apresenta diferenças importantes de período e percentual. Enquanto a urbanização cresceu pouco menos de 30% (de 56 para 84,4%) no Brasil, Paraty produziu crescimento da urbanização de quase 50% no mesmo período (de 26,2 para 73,8%).

É importante também entender que a urbanização de Paraty se deu sob outra trajetória, enquanto na maior parte do Brasil a movimentação populacional aconteceu de áreas rurais para as cidades, resultando na proletarização descrita por Singer (1981), na cidade objeto de nosso estudo a população foi transferida de áreas litorâneas - por vezes comunidades caiçaras, quilombolas ou indígenas – para aglomerados urbanos sem planejamento. O impacto da proletarização, mudança dos modos de vida e formas de subsistência colaboram com a nossa hipótese de associação da violência estrutural com os índices de violência na cidade.

---

<sup>5</sup> IBGE. Estatísticas do século XX. IBGE, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <https://seculoxx.ibge.gov.br/apresentacao-seculoxx.html>. Acessado em 19 de fevereiro de 2020.

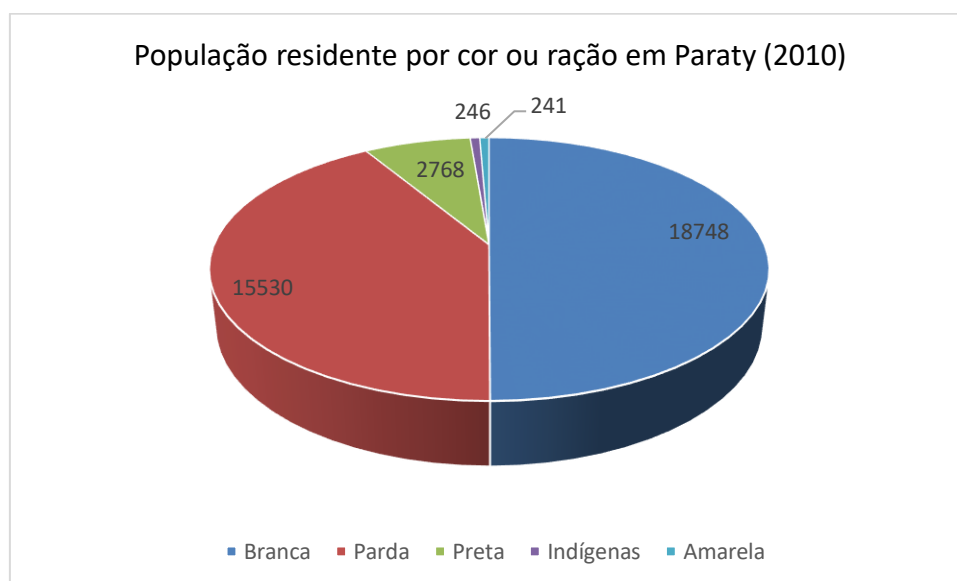
**Tabela 1 – Evolução e distribuição da população de Paraty e Brasil (1970-2010)**

	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Paraty</b>	15.943	20.626	23.928	29.544	37.533
Urbano	4.174	8.816	11.465	14.066	27.689
Rural	11.760	11.810	12.463	15.478	9.844
<b>Brasil</b>	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799
Urbano	52.904.744	82.013.375	110.875.826	137.755.550	160.925.792
Rural	41.603.839	39.137.198	36.041.633	31.835.143	29.830.007

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do censo demográfico do IBGE.

Ainda sobre as características da cidade, atualmente, o município de Paraty tem 931 km<sup>2</sup> com uma população estimada de 39.965 habitantes<sup>7</sup>, apresentando uma densidade demográfica de 40,36 h/km<sup>2</sup>. Segundo os últimos dados censitários disponíveis, Paraty tinha sua população residente distribuída por cor ou raça, conforme o Gráfico um, abaixo:

**Gráfico 1 – Distribuição da população residente por cor ou raça em Paraty (2010)**



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do censo demográfico do IBGE.

A figura 2 ilustra o núcleo sede do município, que se encontra junto ao oceano, entre dois rios. Ademais, em termos de altitude, Paraty está a uma altitude média de apenas cinco metros.

<sup>7</sup> O número de habitantes é uma estimativa do IBGE, a partir dos dados do último censo que contabilizaram 37.533 habitantes (IBGE, 2010).

**Figura 2 - Território de Paraty – núcleo sede selecionado**

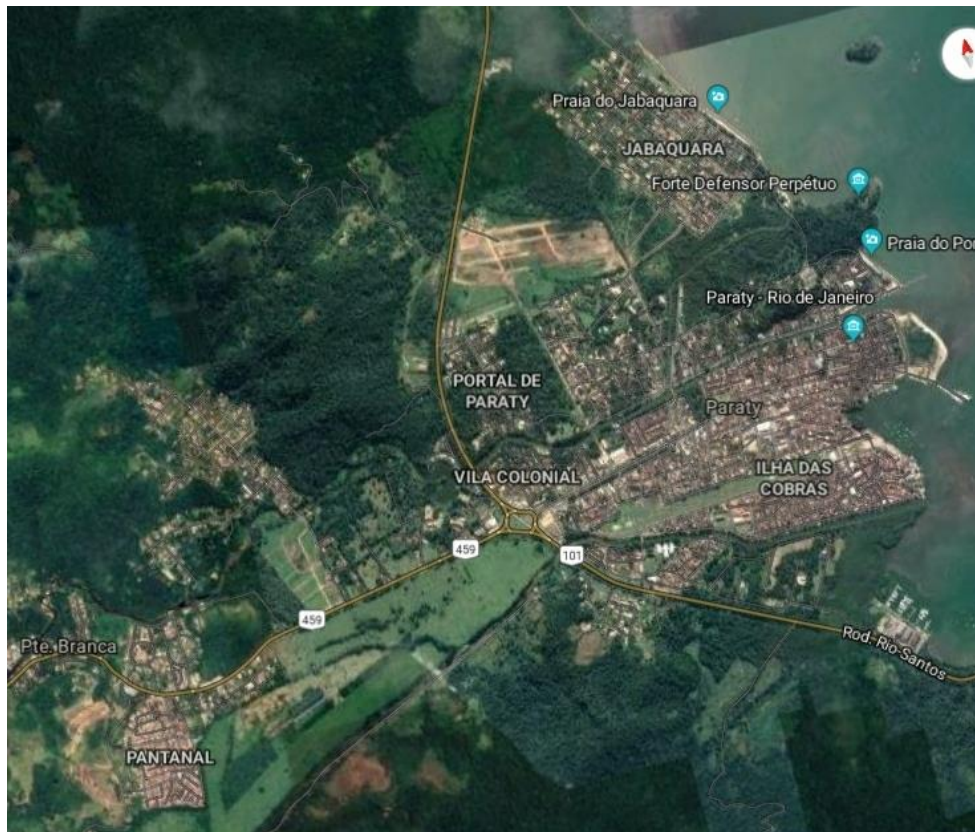


Elaboração própria. Fonte Google Maps

Por estar localizada quase ao nível do mar, a cidade foi projetada levando em conta o fluxo das marés, inclusive por razões sanitárias; como resultado, muitas de suas ruas são periodicamente inundadas, produzindo muitas das imagens que são usadas em propaganda da cidade e até apelidos como a “Veneza Brasileira”, por vezes menção a “Paraty, cidade histórica, monumento nacional”.

Em que pese o município ter uma área total considerada grande, a população que ocupa os bairros do núcleo sede é de aproximadamente 23.700 habitantes, ou seja, cerca de 60% da população da cidade, gerando uma aglomeração urbana considerável (Figura 3).

**Figura 3 - Núcleo sede em destaque**



Elaboração própria. Fonte: Google Mapas (2019).

A partir de 1960, com o desenvolvimento do acesso terrestre pela BR 101 (Rio-Santos) a cidade passa a se desenvolver como destino turístico e os prédios do centro histórico deixam de ser ocupados pelos moradores originais que se deslocam para bairros, é o primeiro movimento do que podemos chamar de *ocupação especulativa da cidade*, gerando uma paisagem-mercadoria. Estamos, assim, diante de uma cidade marcada pela desigualdade.

A *dual city* (MARCUSE, 1997) se reafirma: ao mesmo tempo em que concentra renda – possuindo uma parcela minoritária de sua população que passa a habitar os “enclaves fortificados” ou correspondentes protegidos pelo Estado – produz espaços urbanos com elevado grau de pobreza e exclusão social, consolidando um verdadeiro *apartheid social* ou, em outras palavras, uma *gentrificação* por um lado e guetos de parcelas marginalizadas, em outros (WACQUANT, 1995) e com muitas pessoas com poucos direitos à cidade, cidade essa representada pelos bairros do Parque da Mangueira e Ilha das Cobras, , ilustrado nas Figuras 5 e 6.

**Figura 4 - Vista atual do centro histórico**



Fonte: Secretaria de Turismo do Município de Paraty, RJ (2014)

Os projetos de desenvolvimento da cidade a partir do centro histórico preservado, ilustrado na figura 4, foram elaborados por órgãos nacionais e internacionais objetivando a proteção do complexo arquitetônico e desenvolvimento da cidade pela exploração do turismo, contudo, o grande resultado social foi o processo de expulsão dos moradores originais seja pela construção da rodovia ou ocupação das áreas próximas ao mar de todas as formas.

Do ponto de vista da dispersão territorial, Paraty hoje possui cerca de cinquenta bairros e localidades. Os mais populosos são o Parque da Mangueira, com aproximadamente 7.000 moradores e Ilha das Cobras, que tem cerca de 2.000 habitantes.

Nesses dois bairros, o caráter paradisíaco da cidade se distancia da realidade concreta observada e os problemas comuns à uma grande cidade se verificam em Paraty, tais como enchentes, ausência de saneamento básico, ocupação desordenada, existência de vetores de doenças variadas, territorialização de traficantes, acúmulo de lixo nas ruas que, somadas a outras deficiências de infraestrutura, impossibilitam a qualidade de vida a moradores desses locais, que, além disso, ocupam espaços residuais, em extensão, do território municipal da pequena cidade.

O Parque da Mangueira e a Ilha das Cobras se desenvolveram na região de mangue, junto aos Rios Patitiba e Mateus Nunes, onde a população originária de áreas rurais e costeiras se amontoou sem qualquer infraestrutura, a partir do desenvolvimento da especulação imobiliária na cidade, fruto da ampliação do turismo. A área identificada como Ilha das Cobras (Figura 5), compreende os dois bairros numa faixa estreita de terra comprimida entre o aeroporto e o rio Mateus Nunes.

Segundo estimativas baseadas no Censo de 2010, o bairro Ilha das Cobras é local de moradia para cerca de duas mil pessoas. Segundo o estudo “Núcleo Sede e Arredores”, anexo do plano diretor da cidade, o início da ocupação dessa área se deu na década de 1960, originalmente em um mangue que foi aterrado e ocupado por habitantes do meio rural e da área costeira, tendo ocorrido o mesmo com o bairro da Mangueira que lhe é contíguo. A Figura 5 demonstra que a localidade já havia se desenvolvido em quase toda a faixa de terra possível, em imagens de 2001, disponíveis no Plano Diretor do município, datado de 2003.

**Figura 5 - Bairro Ilha da Cobras**



Fonte: Plano Diretor do Município de Paraty, RJ (2003)

O bairro Mangueira, assim como Ilha das Cobras, também já havia se desenvolvido plenamente até o ano de 2001 (Figura 6). Contíguo e sob as



mesmas condições precárias de habitação, desenvolvimento humano e social. Mangueira concentra quase cerca de sete mil habitantes.

A observação da figura anterior demonstra que há um problema com a ocupação do território paratiense. Restringindo-se somente ao Núcleo Sede e considerando que existe um percentual de 38% da população concentrando-se na estreita faixa de terra espremida pelo rio Mateus Nunes e pelo aeroporto da cidade, tendo duas ruas que acessam o Bairro Patitiba a leste e uma a oeste que chega aos bairros próximos ao portal da cidade, certamente não se trata de um núcleo urbano planejado. Vale ressaltar que o desenvolvimento desses bairros ao longo dos 50 anos, compreendidos entre 1960 a 2010, coincide com o período de contração urbana da cidade, conforme a tabela 1.

**Figura 6 - Bairro Mangueira**



Fonte: Plano Diretor do Município de Paraty, RJ (2003)

O início da ocupação do território que hoje compreende os bairros Ilha das Cobras e Mangueira data da década de 1960. Entre 1970 e 2010, a população

de Paraty passou de mais de 70% habitantes na zona rural para, no censo demográfico de 2010, apenas 26,2% dos moradores (IBGE, 2010).

Sobre a ocupação territorial, tramitam na justiça diversas ações do Ministério Público em defesa de grupos que habitam a região tradicionalmente expulsos por invasores (MARTINS; SOUZA, 2017), na maioria das vezes empresas que operam no ramo de urbanização e construção, mas também grileiros e invasores de outra natureza.

Muitas áreas não foram loteadas ou ocupadas por decisão da justiça, mas permanecem bloqueadas como grandes áreas nos bairros de São Gonçalo (década de 1970), São Gonçalinho (1970), Praia Grande (1970), Tarituba (1970) e Rio Pequeno (1970) que são relatados como espaços de conflitos próximos à Unidade de Conservação onde os habitantes originais, caiçaras e indígenas, não tiveram seu direito de ocupação reconhecido. Outras áreas internas às Unidades de Conservação permanecem em litígio, algumas desde os anos 1950, são territórios caiçara, indígena e também quilombola.

Processos e lutas pela posse da terra têm registros diversos, tendo sempre os habitantes originais de áreas imensas e muito valorizadas pelo mercado imobiliário transferidos para bairros como Mangueira ou Ilha das Cobras. Por outro lado, os que hoje concentram maior renda são os de Laranjeiras, Mambucaba e Centro Histórico, próximos à ideia de paraíso turístico e também bem próximos, geograficamente, da Ilha das Cobras e da Mangueira, separados fisicamente pelo aeroporto de Paraty.

O longo processo de estagnação vivido por Paraty ao longo do século XX manteve, paradoxalmente, o casario colonial conservado no conjunto conhecido como Centro Histórico, grande atrativo que contribui decisivamente para tornar a cidade um dos destinos turísticos mais procurados do país. Pelas ruas de pedra irregular, em meio a apresentações de músicos populares e de estátuas vivas, circulam a pé – a entrada de veículos é proibida na maior parte do Centro Histórico –, turistas do mundo inteiro, atraídos pela beleza da arquitetura típica do Brasil Colônia.

As casas históricas, prédios públicos, igrejas e demais edificações coloniais foram requalificadas como pousadas, restaurantes, lojas de artesanato e museus. Ao passo em que isso fortalece a economia do turismo local, por outro

lado, no entanto, contribui para invisibilizar a “outra Paraty”, uma vez que o município não é apenas uma pequena cidade histórica fluminense<sup>8</sup>.

Do ponto de vista territorial, o município conta com parques e reservas ecológicas, fazendo da região uma das mais preservadas do Brasil. Além do território continental, há mais de 60 ilhas e 90 praias em Paraty, boa parte delas acessível somente de barco ou trilhas. Para tanto, a rede hoteleira é formada de pequenas pousadas, muitas delas situadas no Centro Histórico e na maior parte do ano com taxa de ocupação alta, devido aos vários eventos culturais que acontecem em Paraty. O mais concorrido e conceituado é a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP)<sup>9</sup>. Outros eventos importantes que merecem destaque são: Festival da Pinga, de Gastronomia, de Música Latina, Festa do Divino Espírito Santo, Festa de Nossa Senhora dos Remédios, Festa de Santa Rita, Parati em Foco e a Mostra Rio-São Paulo de Teatro de Rua.

Mesmo sendo polo turístico, com perfil cultural e eventos de todas as ordens durante o ano todo, em sentido distinto do seu potencial turístico, cabe ressaltar que Paraty também é uma das cidades mais violentas do Rio de Janeiro, apresentando índices de mortes por arma de fogo entre as maiores do país e mais que o dobro da capital fluminense.

No que tange aos equipamentos públicos de segurança, o policiamento é realizado pela 3ª Companhia do 33º BPM/ Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, com sede no centro do município. Existe também uma unidade na estrada de acesso à vila de Trindade e uma Unidade de Policiamento Ambiental, mas a violência é apenas um indicador que demonstra as contradições de uma cidade pequena, com aparente pujança cultural e de renda, contudo, que ao relegar parte importante da população a condição marginal, se insurge como violenta. Geograficamente, o aeroporto de Paraty separa uma cidade rica e do turismo de uma cidade com elevada pobreza e violência.

Sobre os índices de violência, o Gráfico 2, elaborado com dados do Atlas da Violência, realizado pelo IPEA, demonstra a evolução do número de mortes

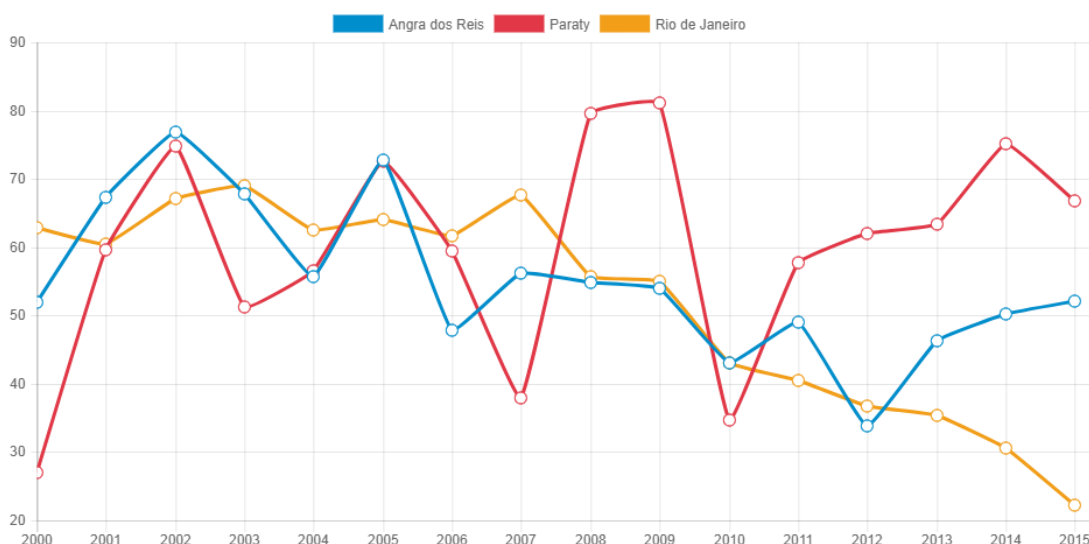
---

<sup>8</sup> Em julho de 2019, Paraty e Angra dos Reis foram reconhecidas como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. É o primeiro sítio misto brasileiro, entendendo as duas cidades como patrimônio histórico e natural da humanidade.

<sup>9</sup> Realizada desde 2003, a FLIP é o mais importante evento de Paraty, contando com a presença de escritores nacionais e estrangeiros que participam de palestras e debates nos prédios históricos ou em tendas armadas nas ruas. A cada ano, a festa é dedicada à memória de um grande escritor já falecido.

por arma de fogo por 100 mil habitantes. Como referência, usaremos a comparação com Angra dos Reis, cidade vizinha, e Rio de Janeiro, a capital do estado.

**Gráfico 2 - Mortes por arma de fogo em Angra dos Reis, Paraty e Rio de Janeiro (por 100 mil hab.)**



Fonte: Atlas da Violência (IPEA, 2017).

Segundo versões jornalísticas veiculadas na imprensa, a maioria dos homicídios verificados no município acontece nos dois bairros mais populosos que destacamos anteriormente. Outras versões atribuem tal realidade a uma possível guerra de facções criminosas instaladas nos bairros de Mangueira e Ilha das Cobras<sup>10</sup>.

A leitura dessas reportagens na mídia indica que, com a aplicação do projeto Unidade de Polícia Pacificadora (UPPs) nas comunidades da capital, os membros de quadrilhas e facções se distribuíram pelo interior do estado, inclusive Paraty, onde dois grupos rivais se instalaram, um deles no Parque da Mangueira e outro na Ilha das Cobras, reproduzindo a atividade criminosa e a rivalidade que amplificaram a violência nesses dois bairros.

<sup>10</sup> Sobre essas versões ver: <https://oglobo.globo.com/rio/guerra-do-traffic-faz-paraty-ter-maior-taxa-de-mortes-no-estado-1-20175874>. Acesso em 20/12/2019

Todavia, em que pese a lógica das argumentações acima, algumas questões devem ser problematizadas. Primeiro, a versão da guerra de facções<sup>11</sup> reside no fato do índice de mortes por armas de fogo crescer ao longo de quase duas décadas, oscilando acima das 40 por 100 mil habitantes, com apenas três episódios abaixo desse número desde o ano de 2000. Em segundo lugar, cabe ressaltar que a primeira experiência de UPP só se realizou em 2008, com a instalação de uma única unidade.

Talvez tal explicação deve-se aos dois picos verificados no Gráfico 2 nos anos de 2008 e 2009, justamente no ano de implantação do programa UPP. Contudo, se no ano de 2008 foi implantada apenas uma UPP, em 2009 foram implantadas outras quatro unidades, do total de 42 colocadas em operação até 2015<sup>12</sup>.

É verdade também que antes de receber o nome de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), outras iniciativas já haviam sido implantadas sob outros nomes desde 1999, contudo sua amplitude e resultados são insignificantes frente aos projetados e obtidos com a experiência das UPPs, segundo dados do Balanço de Indicadores da Política de Pacificação (2007 - 2015)<sup>13</sup>.

Voltando à questão da ocupação do território, Paraty tem cerca de 40 hab./km<sup>2</sup> que, comparada aos maiores centros urbanos brasileiros que passam de 5.000 hab./km<sup>2</sup>, indicam uma baixa densidade. Contudo, as maiores cidades do país que registram ocupação territorial 100 vezes maior, têm taxas de homicídio por arma de fogo em números menores que a metade da cidade do litoral sul fluminense.

Outros aspectos em relação ao desenvolvimento e situação da população paratiense podem ser analisados. Segundo o IBGE, em 2016, o salário médio mensal dos empregos formais era de dois salários mínimos. Tratando de renda familiar, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 32,1% da população nessas condições, o que o

---

<sup>11</sup> A polícia militar do estado do Rio de Janeiro não divulga a denominação das facções que estariam presentes na cidade.

<sup>12</sup> Secretaria de Estado de Segurança – SESEG RJ. Para maiores detalhes ver: <http://www.rj.gov.br/web/seseg/exibeconteudo?article-id=6604920>. Acesso em 20/12/2019.

<sup>13</sup> Balanço de Indicadores da Política de Pacificação (2007 – 2015) – Instituto de Segurança Pública, Secretaria de Estado de Segurança (SESEG-RJ, 2016). Para maiores detalhes ver: [http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp\\_imagens/Uploads/BalancodeIndicadoresdaPoliciadePacificaao2015.pdf](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/BalancodeIndicadoresdaPoliciadePacificaao2015.pdf). Acesso em 19/02/2020

colocava na posição 77 de 92 dentre as cidades do estado e na posição 4.260 de 5.570 dentre as cidades do Brasil. Ademais, a renda per capita de pouco mais de 30 mil reais ao ano, posiciona a cidade na posição 1.010 no país, 26 no estado e segunda na microrregião, contando com 77,9% de receitas externas.

Pode-se considerar a desigualdade em Paraty a partir dos números e das posições descritas. Do ponto de vista da renda familiar dos que tem emprego formal, a cidade está entre as quinze piores do estado, quanto à riqueza per capita é a vigésima sexta entre as 92 cidades do estado. Ou seja, mesmo apresentando melhoras nas últimas décadas, em comparação com outros municípios do estado e do Brasil, a partir das colocações em rankings, percebe-se que a renda e a riqueza na cidade são distribuídas de forma bastante desigual, mesmo considerando a melhora dos índices, um número significativo de pobres quando se toma toda a população da cidade, conforme indica a tabela 2.

**Tabela 2 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Paraty - RJ**

Variável	1991	2000	2010
Renda per capita mensal	368,64	616,65	734,36
% de extremamente pobres	9,40	6,48	4,03
% de pobres	27,73	19,53	9,50
Índice de Gini	0,50	0,59	0,52

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, disponível no Atlas do desenvolvimento Humano (PNUD)

Posterior à análise da renda e distribuição, é importante entender como se dá a aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento das políticas de Estado que podem minorar ou amplificar os efeitos da desigualdade.

O Índice de desenvolvimento Humano por Município (IDHM) desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, que monitorara tendências desse Índice e de 60 indicadores socioeconômicos demonstra o resultado das diversas iniciativas públicas e privadas na qualidade de vida da população. Dito isso, para Paraty, o IDHM registrado para 2010 foi de

0,693, o que situa esse município na faixa de médio Desenvolvimento Humano (IDHM entre 0,600 e 0,699), pouco abaixo da média nacional que é de 0,699<sup>14</sup>.

Com o seu IDHM, Paraty ocupa a posição 2.105 no ranking no qual o município paulista de São Caetano do Sul é o primeiro colocado nacional e Melgaço no Pará é o último. Para o município fluminense, a dimensão que mais contribui favoravelmente para o índice é *Longevidade*, com índice de 0,842, seguida de *Renda*, com índice de 0,726, e, por último, de *Educação*, com índice de 0,544<sup>15</sup>.

Ainda segundo os dados do IBGE, a proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 27,73%, em 1991, para 19,53%, em 2000, e para 9,50%, em 2010. Em que pese o largo horizonte temporal, que deve ser minimizado com a realização de um novo censo demográfico, nada indica uma mudança de tendência positiva para os municípios brasileiros haja vista a realidade nacional.

A evolução da desigualdade de renda, a partir dos dados censitários dos três últimos censos pode ser descrita através do Índice de Gini<sup>16</sup> que na cidade de Paraty em função da renda domiciliar passou de 0,50, em 1991, para 0,59, em 2000, e para 0,52, em 2010<sup>17</sup>.

---

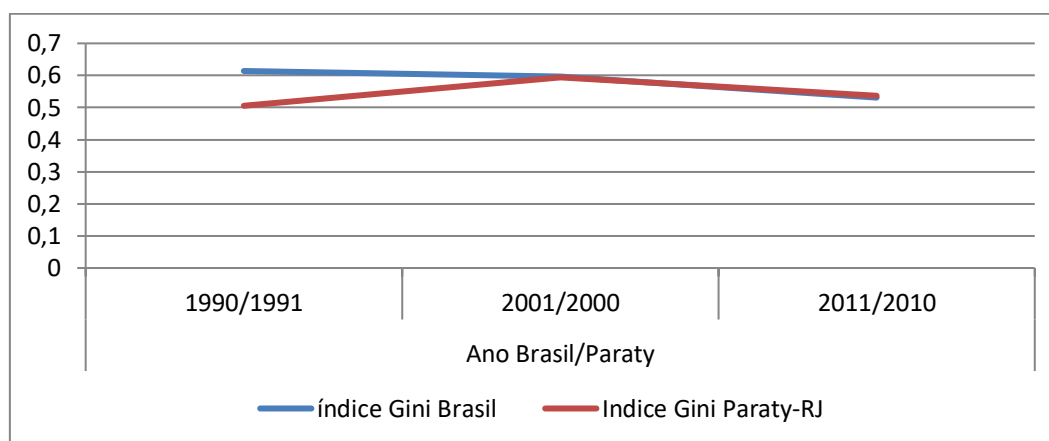
<sup>14</sup> Para maiores informações ver: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em 19/12/2019. Os dados sobre Paraty são referentes a 2010. As informações sobre análise do desenvolvimento humano no período de 2012 a 2017 para o Brasil só estão disponíveis para as Unidades da Federação e para regiões metropolitanas.

<sup>15</sup> As fontes são sempre PNUD, IPEA e FJP

<sup>16</sup> É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que zero representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor um significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar

<sup>17</sup> DATASUS - Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* segundo Município Período: 1991, 2000 e 2010. Para mais informação ver: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginirj.def>. Acesso em 20/12/2019.

**Gráfico 3 - Índice de Gini para o Brasil e Paraty – anos selecionados**



Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos censos demográficos do IBGE, disponíveis pelo DATASUS

Pelo índice de Gini apresentado no gráfico 3, a desigualdade em Paraty subiu entre os anos 1991 e 2000, depois teve uma queda dez anos depois, permanecendo maior que no resultado de duas décadas antes, o que corresponde dizer que a Paraty de 2010 é mais desigual do que a 1991, ao contrário do Brasil que melhorou em termos de desigualdade nas últimas três décadas. No caso de Paraty o resultado anterior era melhor que a média nacional e nesse momento acompanha a realidade do Brasil.

Não é possível dizer que o fato de o índice de Paraty estar alinhado ao número nacional seja bom resultado, tampouco que não seja fonte para explicar problemas sociais dado que o Brasil sustenta situação de desigualdade das mais graves do planeta.

Além das avaliações sobre a desigualdade reveladas pelo índice de GINI, o dado sobre a redução das famílias pobres é importante, afinal o total diminuiu em duas décadas para um terço do que existia em 1990. Ainda sobre desigualdade e indicadores sociais, emprego e ocupação são dados importantes.

Em síntese, entre avanços e retrocessos dos dados de desigualdade e distribuição de renda Paraty continua tão desigual quanto a média das cidades, o que é um dado negativo, e quanto à distribuição da riqueza é pior do que a média nacional, resultado que pode ser associado ao desenvolvimento da cidade e aos graves problemas sociais da cidade, entre eles a morte por arma de fogo.



Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 69,19% em 2000 para 72,35% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,79% em 2000 para 4,38% em 2010.

Observando os dados mais recentes disponíveis para algumas variáveis, cabe registrar que em 2017, o salário médio mensal era de 2.2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23.8%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 32.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 77 de 92 dentre as cidades do estado e na posição 4.260 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 8,58% trabalhavam no setor agropecuário, 0,08% na indústria extrativa, 4,15% na indústria de transformação, 11,05% no setor de construção, 1,45% nos setores de utilidade pública, 13,04% no comércio e 55,01% no setor de serviços.

Em relação ao saneamento básico, em 1991, 81,65% dos domicílios dispunham de água encanada, 88,89% no ano 2000 e 81,38% em 2010, dado esse que chama a atenção pela redução percentual, indicando problemas urbanos mais graves tais como ocupação territorial sem infraestrutura básica. Ainda nos mesmos anos correspondentes 77,29%, 88,52% e 94,08% domicílios tinham esgotamento sanitário adequado.

Sobre indicadores relacionados, há de se fazer nota ainda ao acesso à educação para jovens de 6 a 14 anos, Paraty tem o segundo pior índice do estado, e dos 200 piores do país, em um universo de mais de cinco mil municípios.

Tratando somente do tema educação, em 2016 a taxa de escolarização (para pessoas de seis a 14 anos) foi de 93,8%. Isso posicionava o município na posição 91 de 92 dentre as cidades do estado e na posição 5251 de 5570 dentre os municípios do Brasil.

### 3. ESPECULAÇÃO e VIOLÊNCIA: INFERÊNCIAS NECESSÁRIAS

A “redescoberta” de Paraty aconteceu, como vimos, a partir da metade do século XX. Ilustrativamente, dos 3.500 habitantes registrados em 1940, nos anos 1960 já eram três vezes mais e com um notório êxodo rural, tanto pela migração campo-cidade, mas também em função do esvaziamento dos habitantes tradicionais, fato esse que também ocorreu no Centro Histórico. Outro registro importante de ser feito é que a expansão demográfica se deu também via migração que, somada a outros fatores, deu a Paraty uma característica de constituir e ainda ter vários núcleos que são definidos como urbanos, a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Paraty (PMP, 2011), mas que hoje estão afastados vários quilômetros uns dos outros e ligados pela Rodovia Rio-Santos, pela Paraty-Cunha ou outros acessos em terra.

Dessa forma, o perímetro urbano, que está definido na lei municipal, está constituído por: I – Núcleo Sede; II- Condomínio de Furnas, em Mambucaba; III- O Núcleo de Tarituba; IV- O Condomínio Laranjeiras; V- Trindade; VI- Núcleo do Taquari; VII- Núcleo de Barra Grande; VIII- Núcleo de Praia Grande; IX- Núcleo de São Gonçalo; X- Corumbê e, XI- Área de Expansão Urbana.

O Macrozoneamento de Paraty é constituído das áreas urbana e rural, além de área de expansão urbana que é comum à maioria dos municípios brasileiros, das unidades de conservação ambientais federais, estaduais e municipais: Parque Nacional da Serra da Bocaina, APA de Cairuçu, Estação Ecológica de Tamoios, Reserva Ecológica da Juatinga, Parque Estadual de Paraty Mirim, APA Municipal da Baía de Paraty e Saco de Mamanguá, Áreas indígenas e Área de Quilombo.<sup>18</sup>

O processo de urbanização de Paraty que pode ser, grosso modo, compreendido entre 1960 e 2010, mobilizou contingentes populacionais que migraram das áreas consideradas rurais que, entretanto, em sua maioria, são

---

<sup>18</sup> As duas áreas de referência de povos tradicionais, Áreas de Quilombo e Áreas Indígenas são descritas como “localizada no Distrito de Parati-Mirim”, que se trata do Quilombo do Campinho, assim como a área indígena é delimitada a duas áreas e uma tribo: Guaranis de Parati-Mirim e Araponga. Além desses, a historiografia sobre a cidade descreve tribo Guianá. Segundo Abreu (1988), chamados de Guaianases-Guarulhos-Maramumis, e frequentada por tribos Tupinambá (conhecidos por Tamoios), assim como outras acabaram deixando de existir na região ao longo do último processo de urbanização e não são reconhecidos seu destino. Ainda não há referência no plano diretor da cidade sobre as populações caiçaras, também tradicionais, mas invisíveis ao planejamento e organização fundiária de Paraty (ABREU, 1988).

áreas de costa onde se encontrava população caiçara que, em consequência do avanço da especulação imobiliária, foi se reduzindo. Obviamente não foi apenas a especulação que alterou as características sociodemográficas do território, cabendo registro para mecanismos violentos de expulsão, por meio da coação, engano, compras subvalorizadas, fatores estes comuns não apenas em Paraty. Os processos relatados contribuíram para uma mudança nas características das ocupações à beira mar e criaram adensamento no núcleo urbano da cidade que, no último censo (2010), concentrava 60% da população do município. Entre 2000 e 2010, a população de Paraty cresceu a uma taxa média anual de 2,42%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 47,61% para 73,77% (PNUD, 2018).

O caso mais celebre de avanço do mercado imobiliário sobre as comunidades tradicionais é o do condomínio Laranjeiras, conflito relatado pela imprensa e alvo de ações judiciais diversas<sup>19</sup>, pois, segundo o Ministério Público Federal (MPF) o problema é quanto à proibição do acesso às praias pelo condomínio Laranjeiras, que existe desde 1980. Ainda sobre esse caso, a União entrou com uma ação de reintegração de posse contra o condomínio pela primeira vez em 2009, uma nova ação do MPF em 2016 foi elaborada para que a população caiçara tivesse acesso às praias fechadas pelo condomínio, inclusive pelas vias pavimentadas e internas. Ainda no ano de 2016, um acordo entre as partes para resolver o impasse chegou a ser celebrado, no entanto, o condomínio não deixou de dificultar e impedir o acesso da população até hoje.

O conflito de terras também foi a motivação para outros tipos de violência. Sobre os crimes cometidos motivados por disputas de território, no período pesquisado, notadamente em 2016, há um exemplo: dois policiais militares do estado do Rio de Janeiro são acusados pelo Ministério Público Estadual de assassinar Jaison Caique Sampaio dos Santos, de 23 anos, e de tentar

---

<sup>19</sup> Uma das reportagens sobre o tema e intitulada “MPF processa condomínio de luxo em Paraty (RJ) que impede acesso à praia” e pode ser consultada em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2018/12/10/mpf-acao-contra-condominio-paraty-praias-sono-negra-laranjeiras-caicaras.htm>. Outra reportagem sobre o mesmo assunto pode ser acessada em [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/29/politica/1511987264\\_462758.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/29/politica/1511987264_462758.html). Ambas as reportagens foram acessadas em 19/10/2019.

assassinar o seu irmão Jedson Allison Sampaio dos Santos que eram lideranças de Trindade, uma comunidade caiçara tradicional de pescadores<sup>20</sup>.

Sobre o crime em Trindade, segundo os promotores de justiça, o mandante do teria sido a empresa Trindade Desenvolvimento Territorial (TDT). Segundo a imprensa, embora recentemente o Bairro, com suas praias pitorescas, tenha se transformado em um polo turístico, há um conflito dos moradores da comunidade tradicional de pescadores e a empresa TDT pela posse e propriedade do território. Segundo relatado, a empresa mantinha representantes armados na comunidade e tensões entre moradores e representantes da TDT se intensificaram ao longo do tempo, culminando na morte de Jaison Santos<sup>21</sup>.

Voltando aos problemas mais gerais da especulação imobiliária, estudos de entidades de vários segmentos identificam problemas causados pelo avanço do mercado imobiliário sem as devidas preocupações sociais e precauções ambientais. Nesse ínterim, o SEBRAE (1999) publicou um relatório relatando os conflitos pelo território e os problemas incidentes sobre o meio ambiente local, dentre eles, um problema grave no município relaciona-se à construção civil, que, já em 1999, estava causando impactos ambientais negativos sobre as matas ciliares de dois grandes rios Mateus Nunes e Perequê-Açu, que atravessam a cidade (SEBRAE, 1999).

Segundo Gomes, Carmo e Santos (2004), Paraty tem dificuldades em estabelecer seu regramento fundiário e consolidar um Plano Diretor. Grupos de pressão representando interesses econômicos da especulação imobiliária, do turismo e da exploração dos recursos naturais da cidade se fazem representar na construção da legislação e tem gerado problemas de ordem legal ao município. No que se refere aos conflitos de interesse na região, as autoras

---

<sup>20</sup> A referida reportagem intitulada “Assassinato de jovem Caiçara reacende conflito de terras em Paraty” foi publicada no endereço: [http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/clipping/docs/2016/junho\\_2016/07\\_06\\_2016.pdf/at\\_download/file](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/clipping/docs/2016/junho_2016/07_06_2016.pdf/at_download/file). Acessado em 03/01/2020.

<sup>21</sup> Dentre as diversas reportagens sobre o assunto destacamos, as três disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: 1) <https://rioonwatch.org.br/?p=22856>; 2) <https://www.socioambiental.org/pt-br/tags/paraty>; 3) <https://www.preservareresistir.org/single-post/2016/07/27/Audi%C3%A2ncia-P%C3%BAblica-sobre-Trindade-re%C3%BAne-centenas-de-pessoas-Prefeito-de-Paraty-promete-desapropriar%C3%A7%C3%A3o-da-%C3%A1reas-de-ZUCEL>. Acessado em 19/10/2019.

concluem que eles existentes e que Paraty viveu situação ambígua no que diz respeito ao Plano Diretor. As alterações aprovadas ao Plano Diretor de 2006, aprovadas pela Câmara de vereadores em 2007, foram embargadas por decisão do Ministério público, resultando num impasse no qual a Prefeitura defende a validade do Plano, apesar das suas evidentes inconsistências e insuficiente desenvolvimento e detalhe no que diz respeito à Área de Expansão Urbana definida (por exemplo, este plano não define parâmetros urbanísticos para a área de expansão proposta a montante da BR 101).

Em 2010, a Prefeitura Municipal de Paraty publicou uma proposta de Plano Diretor desenvolvida por uma equipe técnica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, mas este não chegou a ser aprovado. No que referia ao uso do solo, esta proposta de plano continha uma proposta de área máxima de expansão urbana, entre outros pontos geradores de conflito de interesses.

Ainda no tocante aos conflitos de interesses, a população se organiza em associações ou de forma não institucionalizada para defender os interesses dos moradores ou de comunidades tradicionais frente os interesses econômicos, contudo sua capacidade de intervenção tem tido pouco êxito por despreparo desta mesma população para a participação nos fóruns estabelecidos, como no que diz respeito aos processos de participação pública realizados no âmbito da elaboração do Plano Diretor de 2010. Assim, como observado por Matos e Cavalazzi (2011), apud Barbedo (2016), processos assim:

(...) podem suscitar dúvidas quanto à legitimidade dos processos de participação entretanto realizados. (...) a falta de critérios mínimos para a aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade para a defesa do interesse público, cria o risco de que os próprios objetivos, princípios e diretivas definidos pelos processos de planejamento participativo não sejam respeitadas (BARBEDO, 2016, p. 21-22).

Retomando a ideia central, o movimento de esvaziamento do centro histórico se deu via aquisição por pessoas de fora de Paraty (ditos “estrangeiros”) que hoje são os proprietários majoritários destes imóveis preservados e tombados pelo patrimônio histórico nacional e, recentemente, pela Unesco e, diga-se de passagem, todos avaliados em valores milionários<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Essa informação foi conferida consultando-se alguns sites de imobiliárias que administram imóveis à venda na cidade. Apenas como ilustração, uma oferta de uma casa com 310 m<sup>2</sup> no Centro Histórico, contendo seis quartos e cinco banheiros estava anunciada por 3,5 milhões de reais em 03 de dezembro de 2019.

O processo de concentração das terras sob domínio da especulação imobiliária e de empresas do complexo turístico que se desenvolveu nas décadas mais recentes se deu de forma absolutamente desordenada e, desta forma, sem levar em conta a perspectiva de planejamento para a vida das pessoas, relegando à população original condições de moradia totalmente inadequadas à continuidade das formas de vida tradicionais do local.

A mercantilização dos espaços, como nos apresenta Raquel Rolnik (2017) pôde ser verificada em pesquisa *in loco*, a partir de observação participante em diversas visitas à cidade. É fato que hoje a interligação entre pontos da cidade é facilitada por uma ponte que liga o caís de turismo e Centro Histórico ao bairro de Ilha das Cobras e o caís pesqueiro – os dois bairros mais populosos que estavam ligados ao restante da cidade por duas vias, mesmo se considerando que estão divididos apenas pelo aeroporto da cidade, agora estão ligados por duas ruas e uma ponte inaugurada na segunda metade de 2019.

Do ponto de vista da organização urbana e da separação dos espaços, o aeroporto da cidade é um elemento físico de segregação notável na cidade de Paraty, a pobreza e precariedade de Ilha das Cobras e Mangueira tem na pista do aeródromo um contentor, uma divisória. Se a cidade não tem muitos espaços que podem ser equiparados a condomínios – a não ser o próprio condomínio Laranjeiras – o conceito de Teresa Caldeira (2000), no que tange à reflexão de uma “Cidade de Muros”, o aeródromo local empareda os dois bairros mais populosos contra ao Rio Mateus Nunes de forma efetiva, mas estamos falando de outro contexto, um aeroporto não é apenas um lugar por meio do qual as pessoas são isoladas, mas sim um aparelho público.

A urbanização, por meio da especulação, com foco no desenvolvimento da atividade turística, produziu em Paraty a privatização e separação dos espaços e, por consequência, a segregação socioterritorial da população mais vulnerável. Intensifica-se assim a proletarização da população acostumada a viver da pesca, do extrativismo, agricultura, artesanato ou outra forma tradicional. No que tange ao aeroporto na cidade, como já antecipado, essa segregação é percebida de diversas formas, a começar pela utilização do equipamento público, pois, como o aeroporto ainda tem condições precárias para uso regular, seu tráfego é majoritariamente feito em aviões particulares dos quais se valem pessoas de alta renda. Além disso, em escala mais geral, o

problema se espraia tanto para o direito do uso e o próprio uso da estrutura urbana, bem como da participação na riqueza gerada pelo turismo.

Em tempo, o aeroporto do município, ou aeródromo, está localizado em uma área em plana, no perímetro urbano e tem como principal via de acesso a RJ 165. Enquanto descrição básica, levando-se em consideração o objetivo de nossa discussão central, na direção da cabeceira 10, passa o Rio Mateus Nunes, impedindo uma possível expansão e o prolongamento da pista na direção da cabeceira 28 também está comprometido em função da Baía de Paraty<sup>23</sup>.

Considerando o disposto na Constituição Federal, em seu título III, Capítulo IV, artigo 30, item VII, recomenda-se à Prefeitura Municipal o rigoroso controle da ocupação do solo no entorno do aeródromo, a fim de se evitar interferência futura, na atividade aeronáutica, pelo envolvimento da malha urbana. Somente pelos critérios adotados pelas autoridades responsáveis, citando o preconizado pela Constituição a respeito do assunto, ou o aeroporto não poderia existir ali ou cidade deveria ter se expandido para outro local<sup>24</sup>.

A Região da Costa Verde foi incluída na Rede Estadual de Aeroportos devido ao alto potencial turístico, bem como ao potencial econômico verificado, apresentando, assim, expectativa de operação da aviação não regular, utilizando aeronaves de fretamento ou de voo *charter*, além da aviação regular de médio porte. Desta forma, esta unidade foi selecionada como turística, devendo estar capacitada para o atendimento de aeronaves de grande porte, da aviação não regular, até o último horizonte de planejamento.

A implantação de aeroporto nessa região visa ao atendimento da demanda regular decorrentes dos Municípios de Angra dos Reis e Paraty, bem como da demanda turística gerada pelo Município de Paraty, inclusive com ligações não-regulares internacionais. Assim, este aeroporto receberá os tráfegos oriundos dos dois municípios supramencionados. Cabe ressaltar que, devido aos obstáculos existentes no atual aeroporto de Paraty, em função do

---

<sup>23</sup> Informações extraídas do Plano Aeroviário do Estado do Rio de Janeiro (PAERJ, 2003-2022) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Transporte – SECTTRAN; Comando da Aeronáutica, Departamento de Aviação Civil, Instituto de Aviação Civil, disponível no site <https://www.anac.gov.br/aceso-a-informacao/biblioteca/planos-aeroviaros-estaduais-1/paerj.pdf>. Acessado em 10/10/2019.

<sup>24</sup> Em documentos municipais de planejamento, que datam de 2003, havia a determinação de que o aeroporto deveria ser desativado e outro espaço para pouso e decolagem de aeronaves construído para atender a toda região da Costa Verde até 2011, fato esse que nunca ocorreu.

seu envolvimento pela malha urbana e ao relevo da região, já foi recomendada a desativação desta unidade aeroportuária. No que concerne ao Aeroporto de Angra dos Reis, aquela unidade, segundo a recomendação, deveria atender a demanda referente à aviação geral daquele município. Mas, como é sabido, o novo aeroporto não foi construído e o antigo permanece como elemento segregador da população paratiense, mesmo oferecendo risco notório aos usuários por sua precariedade de operação.

Como identificou Singer (1968) no processo de urbanização brasileiro, a transferência de contingentes populacionais do campo para a cidade sem o desenvolvimento industrial, tampouco social, gerou uma massa de trabalhadores sem profissão a qual chamou de subproletários. Em Paraty os moradores urbanos que havia há muito tempo desenvolvido sua forma de viver da pesca ou outra forma tradicional agora tem de procurar emprego nas funções ligadas ao turismo, que não fornecem o número de ocupações necessárias, deixando parte da população economicamente ativa sem trabalho e renda para a reprodução social com o mínimo de dignidade.

Assim como a problemática do projeto nacional está em aberto, a proposta de desenvolvimento econômico e social da cidade atende a interesses da especulação imobiliária e do turismo, relegando as preocupações com o conjunto da sociedade à polícia, identificando assim como na capital paulistana estudada por Caldeira, o povo pobre e negro, como causador do problema social por indolência e vadiagem, enquanto as proteções institucionais e estatais se voltam aos novos imigrantes que se estabelecem no centro histórico e paisagens paradisíacas, a polícia tenta conter a violência das populações expulsas de seus locais de origem.

O discurso sobre o crime, conceito de Caldeira, discutido nos capítulos anteriores, aparece muito fortemente na justificativa dos números de mortes por arma de fogo na cidade serem resultado da guerra entre facções criminosas trasladadas da capital do estado para as cidades menores, expulsos pelas políticas de segurança do governo do Estado do Rio de Janeiro chamadas de Unidade de Polícia Pacificadora (UPPs) também já discutidos nesse trabalho.

A divisão social e o empobrecimento são consequências diretas da desterritorização acompanhada da degradação socioambiental e segregação. Harvey (2001) aponta essas características e relações de causa e efeito como o



processo de mercantilização do espaço que pode ser identificado claramente em Paraty nesse último período compreendido entre seu redescobrimto e os dias atuais.

A cidade não é mais capaz de resolver seus próprios problemas e degenera á condições e conflitos sociais estruturais, alinhando-se à ideia de cidades “parasitárias” de Castells (2000).

A população originária de Paraty, recôndita às condições de moradia e ocupação do território que impossibilitam seu desenvolvimento pleno tem pouco ou nenhum acesso às riquezas proporcionadas pelo último ciclo. A violência tem se configurado um tema muito sério para sociedade paratiense, a população viu o número de mortes por arma de fogo<sup>25</sup> dobrar em 10 anos, enquanto na capital fluminense acompanhou o número cair à metade.

---

<sup>25</sup> DATASUS - Categoria CID10: (X93) Agressão, disparo de arma de fogo de mão, (X94) Agressão disparo arma fogo de maior calibre, (X95) Agressão disparo outra arma de fogo ou NE, (Y22) Disparo de pistola intenção não determinada, (Y23) Disparo arma fogo maior calibre intenção não determinada, (Y24) Disparo outra arma fogo e NE intenção não determinado. Para maiores informações ver: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10rj.def>.

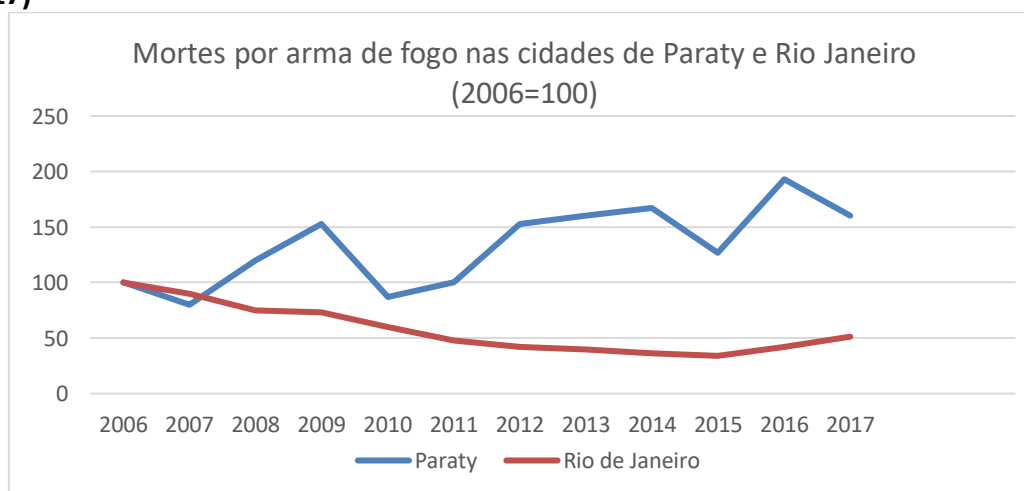
**Tabela 3 – Número absoluto de mortes por arma de fogo nas cidades de Paraty e Rio Janeiro (2006-2017)**

Ano	Paraty	Rio de Janeiro
2006	15	2.471
2007	12	2.232
2008	18	1.866
2009	23	1.809
2010	13	1.467
2011	15	1.189
2012	23	1.050
2013	24	999
2014	25	902
2015	19	838
2016	29	1.032
2017	24	1.254

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do DATASUS (2019)

Percebe-se pela tabela 3 a redução do número de mortes por arma de fogo no período de 11 anos na cidade do Rio de Janeiro da ordem de cerca de 50%, com picos maiores de redução em seis anos desse período, enquanto em Paraty esse número cresce a ponto de dobrar na comparação com anos isolados. Em uma análise gráfica de base fixa, considerando os números de 2006 iguais a 100, fica mais visível essa informação já que os números podem gerar confusão em função da discrepância nos valores absolutos entre as duas cidades.

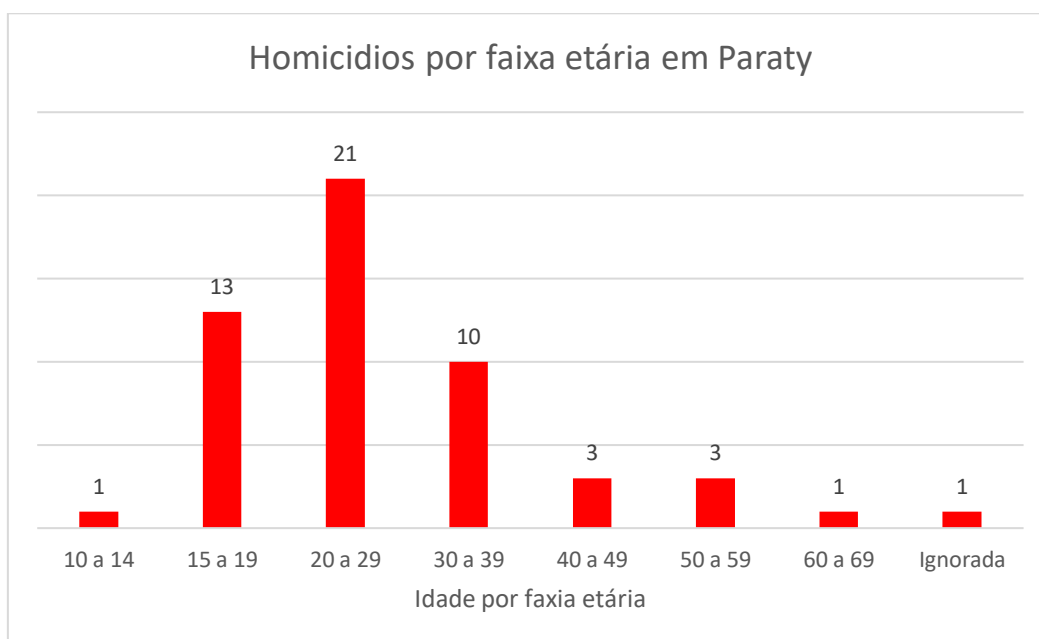
**Gráfico 4 – Mortes por armas de fogo nas cidades de Paraty e Rio de Janeiro (2006-2017)**



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do DATASUS (2019)

Ainda de acordo com a base de dados do SUS (Sistema Único de Saúde), podem-se ter dados para investigar outras informações como cidade de moradia das vítimas. Das 53 ocorrências de homicídio por arma de fogo registradas em Paraty nos anos de 2016 e 2017, 48 residiam na cidade e cinco em outras localidades, segundo os dados do DATASUS. Também é possível verificar outros dados como faixa etária, gênero e escolaridade.

**Gráfico 5 – Número de homicídios por faixa etária em Paraty (2016-2017)**



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do DATASUS (2019)

Dos homicídios acima, dos 53, apenas três foram mulheres e os outros 50 eram homens. Já no que tange a distribuição por cor ou raça o gráfico abaixo ilustra o resultado, com um ponto importante a ser destacado: a predominância de morte entre brancos indicado pelo índice do DATASUS, diferentemente de outros lugares nos quais a violência incide majoritariamente entre negros e pardos. Talvez seja necessário estudo aprofundado para verificar tal índice em disparidade com relação à realidade nacional

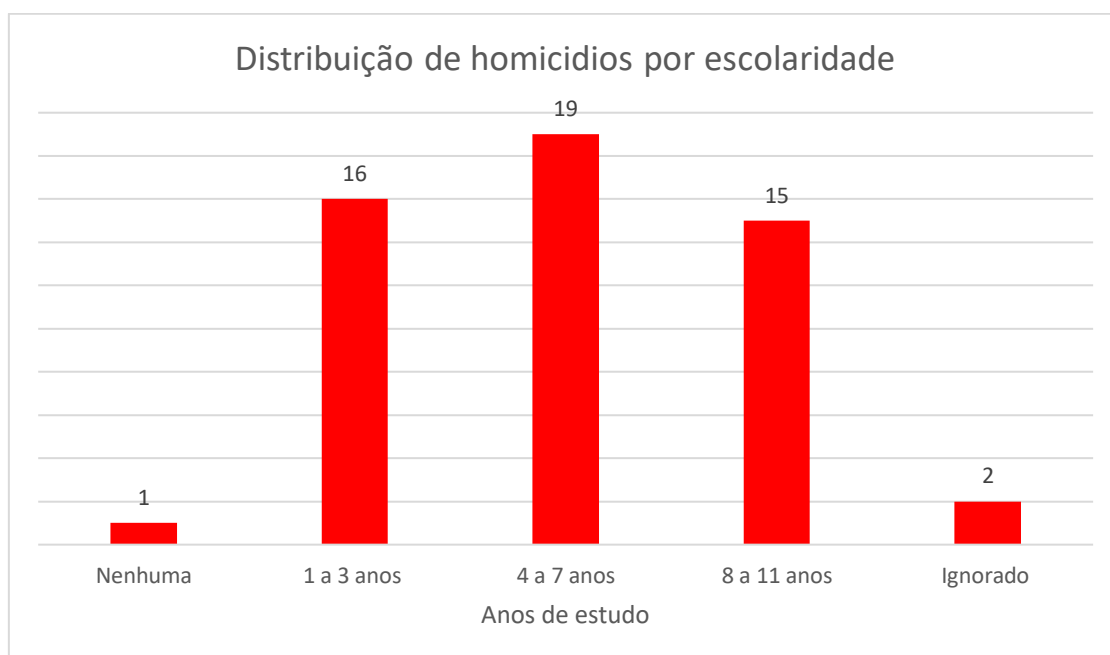
**Gráfico 6 – Número de homicídios por cor ou raça em Paraty (2016-2017)**



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do DATASUS (2019)

Interessante observar que quando se observa o local da morte, levando-se em consideração se foi em domicílio, em via pública, no hospital ou outro estabelecimento de saúde, dos 53 óbitos registrados, aproximadamente 68% deles ocorreram em via pública ou, em números absolutos, 36 deles. No hospital o número foi de 12, ou pouco mais de 22%. Em domicílio e outro estabelecimento de saúde os números absolutos foram, respectivamente, três e dois.

**Gráfico 7 – Número de homicídios por escolaridade em Paraty (2006-2019)**



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do DATASUS (2019)

Ainda a partir da base de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS) pode-se acessar diversos dados sobre as vítimas de arma de fogo na cidade de Paraty.

Reduzindo a pesquisa aos dois últimos anos disponíveis, 2016 e 2017, percebe-se a concentração de jovens entre 15 e 29 anos de idade, 64,15% das vítimas estão nessa faixa. Quanto ao gênero e raça, predominância absoluta de homens, 94,33% e brancos são a maioria, 66%.

Quanto à escolaridade, nenhuma das vítimas concluiu o ensino médio, 66% não concluíram o ensino médio e fundamental, 30,18% frequentaram a escola por menos de 3 anos.

Em pesquisa no meio eletrônico, a partir da relação de Paraty com homicídio, crime, assassinato, tiros, arma, violência e morte encontramos mais dados sobre algumas das 53 ocorrências de morte por arma de fogo registradas no DATASUS decorrente das categorias CID10<sup>26</sup>. Considerando 2016, 2017 e

<sup>26</sup> A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (também conhecida como Classificação Internacional de Doenças – **CID 10**) é publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde.

2018 foram encontrados alguns registros nos diversos sítios da internet a partir de pesquisa, registros esses que merecem destaque<sup>27</sup>.

Algumas das ocorrências descritas pelos sítios de internet foram encontradas repetidamente o que pode demonstrar o potencial de interesse devido a alguma característica da ocorrência. Neste sentido, a morte mais citada na internet foi a de um jovem de 23 anos no bairro de Trindade, cujo corpo foi encontrado depois de mais de três anos do ocorrido. O caso foi citado em seis sítios eletrônicos diferentes. A vítima é identificada como ativista caiçara, a autoria atribuída a policiais militares trabalhando para agentes imobiliários locais e a motivação seria segundo, os sítios, disputa pela posse de território. Os quadros 1, 2, 3 e 4 a seguir trazem a sistematização a partir das manchetes e endereços eletrônicos para acesso, exemplificam a construção do discurso sobre o crime desenvolvido por Caldeira (2000) e muito presente no cotidiano da cidade objeto de nosso trabalho.

**Quadro 1 - Manchetes e endereços eletrônicos sobre homicídio específico em Paraty divulgados na imprensa**

<b>Manchete</b>	<b>Endereço eletrônico</b>
Policiais Militares São Acusados Pela Morte de Jovem em Trindade, Paraty	<a href="https://rioonwatch.org.br/?p=22856">https://rioonwatch.org.br/?p=22856</a>
Assassinato de jovem caiçara reacende conflito de terras em Paraty	<a href="http://www.jornalcontato.com.br/home/index.php/assassinato-de-jovem-caicara-reacende-conflito-de-terras-em-paraty/">http://www.jornalcontato.com.br/home/index.php/assassinato-de-jovem-caicara-reacende-conflito-de-terras-em-paraty/</a>
Taxa de homicídios: Veja número de assassinatos por cidade do Brasil - PARATY, RJ	<a href="http://www.deepask.com/goes?page=paraty/RJ-Confira-a-taxa-de-homicidios-no-seu-municipio">http://www.deepask.com/goes?page=paraty/RJ-Confira-a-taxa-de-homicidios-no-seu-municipio</a>
Audiência Pública sobre Trindade reúne centenas de pessoas: Prefeito de Paraty promete desapropriação das áreas de ZUCEL.	<a href="https://www.preservareresistir.org/single-post/2016/07/27/Audi%C3%Aancia-P%C3%ABblica-sobre-Trindade-re%C3%BAne-centenas-de-pessoas-Prefeito-de-Paraty-promete-desapropria%C3%A7%C3%A3o-da-%C3%A1reas-de-ZUCEL">https://www.preservareresistir.org/single-post/2016/07/27/Audi%C3%Aancia-P%C3%ABblica-sobre-Trindade-re%C3%BAne-centenas-de-pessoas-Prefeito-de-Paraty-promete-desapropria%C3%A7%C3%A3o-da-%C3%A1reas-de-ZUCEL</a>
Comunidade caiçara se mobiliza em defesa de seu território	<a href="https://www.socioambiental.org/pt-br/tags/paraty">https://www.socioambiental.org/pt-br/tags/paraty</a>
Assassinato de jovem Caiçara reacende conflito de terras em Paraty	<a href="https://racismoambiental.net.br/2016/06/07/assassinato-de-jovem-caicara-reacende-conflito-de-terras-em-paraty/">https://racismoambiental.net.br/2016/06/07/assassinato-de-jovem-caicara-reacende-conflito-de-terras-em-paraty/</a>

Fonte: elaboração própria a partir de sites de internet.

Outra ocorrência que atraiu a atenção da mídia eletrônica foi a de outro homem, aparentemente jovem que não foi identificado, mas teve, em 2017, a

<sup>27</sup> Entre 05/09/2019 a 22/10/2019 e revistos em 05/01/2020.

cabeça separada do corpo que foi queimado depois de ser morto a tiros, ampliando a sensação de insegurança pela violência e chamando a atenção pela brutalidade<sup>28</sup>. O crime foi filmado e divulgado pelos próprios assassinos, a motivação seria passional. Ainda em 2017, um adolescente de 16 anos vitimado por projétil, resultado de tiroteio entre assaltantes e policiais militares no centro comercial da cidade é um caso diferente, mas que também atraiu atenção nesses dois anos, ainda facilmente encontrado na internet<sup>29</sup>. Dos demais oito casos ocorridos apenas um teve o envolvimento com o tráfico de drogas indicado como justificativa, os demais não tiveram motivação, tampouco autoria identificada segundo os sítios resultantes das pesquisas.

Outro caso que chamou muita atenção da mídia eletrônica e verificou-se maior frequência em sítios da internet foi o duplo assassinato de adolescentes, um de 15 outro de 16 anos, no centro histórico. O crime aconteceu no mês de setembro de 2018, foi atribuído à guerra de facções e teve suspeitos presos pela polícia (Quadro 2).

**Quadro 2 - Manchetes e endereços eletrônicos sobre homicídio específico em Paraty divulgados na imprensa**

Manchete	Endereço eletrônico
Dois menores são mortos a tiros no Centro Histórico de Paraty, na Costa Verde do Rio	<a href="https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2018/09/10/dois-menores-sao-mortos-a-tiros-no-centro-historico-de-paraty-na-costa-verde-do-rio.ghtml">https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2018/09/10/dois-menores-sao-mortos-a-tiros-no-centro-historico-de-paraty-na-costa-verde-do-rio.ghtml</a>
Adolescente é apreendido em Paraty por suspeita de assassinato	<a href="https://www.gruporbp.com.br/editorial/policial/adolescente-e-apreendido-em-paraty-por-suspeita-de-assassinato">https://www.gruporbp.com.br/editorial/policial/adolescente-e-apreendido-em-paraty-por-suspeita-de-assassinato</a>
Dois Assassinatos De Menores No Centro Histórico De Paraty Na Noite Deste Domingo	<a href="https://www.papagoiaba.com/noticias/dois-assassinatos-de-menores-no-centro-historico-de-paraty-na-noite-deste-domingo">https://www.papagoiaba.com/noticias/dois-assassinatos-de-menores-no-centro-historico-de-paraty-na-noite-deste-domingo</a>
Polícia prende envolvidos no assassinato de menores na Praça da Matriz menos de 24h após o crime	<a href="https://vaiparaty.com.br/policia-prende-envolvidos-no-assassinato-de-menores-na-praca-da-matriz-menos-de-24h-apos-o-crime/">https://vaiparaty.com.br/policia-prende-envolvidos-no-assassinato-de-menores-na-praca-da-matriz-menos-de-24h-apos-o-crime/</a>

Fonte: elaboração própria a partir de sites de internet.

<sup>28</sup> O Jornal O Dia publicou a notícia no dia 20 de março de 2017 com a seguinte manchete: Crimes bárbaros chocam Paraty: novo comando do Batalhão da PM tem o desafio de barrar índices maiores que os de outras regiões. Para maiores detalhes ver: <https://odia.ig.com.br/conteudo/rio-de-janeiro/2017-03-20/crimes-barbaros-chocam-paraty.html>. Acessado em 02/12/2019.

<sup>29</sup> O site Justiça ao Minuto publicou, em 28 de novembro de 2017, a notícia com a seguinte manchete: Assalto em Paraty termina com tiro, pânico e adolescente morto. Para maiores detalhes ver: <https://www.noticiasaoiminuto.com.br/justica/482080/assalto-em-paraty-termina-com-tiro-panico-e-adolescente-morto>. Acessado em 02/12/2019.

Outro caso de grande repercussão é o de um artista plástico francês assassinado a tiros em sua residência, que teve suspeito do crime preso e indicada motivação como homofobia (Quadro 3).

**Quadro 3 - Manchetes e endereços eletrônicos sobre homicídio específico em Paraty divulgados na imprensa**

<b>Manchete</b>	<b>Endereço eletrônico</b>
Artista plástico francês é assassinado em Paraty	<a href="https://www.metropoles.com/brasil/artista-plastico-frances-e-assassinado-em-paraty">https://www.metropoles.com/brasil/artista-plastico-frances-e-assassinado-em-paraty</a>
Morte de artista plástico francês no Rio pode ter sido motivada por homofobia	<a href="https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/07/morte-de-artista-plastico-frances-no-rio-pode-ter-sido-motivada-por-homofobia">https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/07/morte-de-artista-plastico-frances-no-rio-pode-ter-sido-motivada-por-homofobia</a>
Artista francês gay é encontrado morto com tiro na cabeça em Paraty	<a href="https://revistaladoa.com.br/2018/07/noticias/artista-frances-gay-e-encontrado-morto-com-tiro-na-cabeça-em-paraty/">https://revistaladoa.com.br/2018/07/noticias/artista-frances-gay-e-encontrado-morto-com-tiro-na-cabeça-em-paraty/</a>

Fonte: elaboração própria a partir de sites de internet.

Dentre os 11 demais casos de menor repercussão, cinco não indicam a possível motivação e seis relatam possível envolvimento com o tráfico de drogas. Sobre os autores, duas mortes foram atribuídas à ação policial, outros três informam a detenção de suspeitos, os seis restantes não tinham suspeitos (Quadro 4).



**Quadro 4 - Manchetes e endereços eletrônicos sobre homicídios em Paraty divulgados na imprensa**

<b>Manchete</b>	<b>Endereço eletrônico</b>
Polícia Civil prende acusado de matar jovem após briga em Paraty, RJ	<a href="https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/policia-civil-prende-acusado-de-matar-jovem-apos-briga-em-paraty-rj.ghtml">https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/policia-civil-prende-acusado-de-matar-jovem-apos-briga-em-paraty-rj.ghtml</a>
Suspeito de homicídio é preso em Paraty	<a href="http://www.focoregional.com.br/Noticia/suspeito-de-homicidio-e-preso-em-paraty-1">http://www.focoregional.com.br/Noticia/suspeito-de-homicidio-e-preso-em-paraty-1</a>
Jovem é assassinado em Paraty	<a href="http://www.nossojornalbm.com.br/jovem-e-assassinado-em-paraty/">http://www.nossojornalbm.com.br/jovem-e-assassinado-em-paraty/</a>
Homem é assassinado em Paraty	<a href="https://destaquepopular.com.br/2019/01/12/homem-e-assassinado-em-paraty-6/">https://destaquepopular.com.br/2019/01/12/homem-e-assassinado-em-paraty-6/</a>
Homem é baleado com quatro tiros em Paraty	<a href="https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2019/03/16/homem-sofre-tentativa-de-homicidio-em-paraty.ghtml">https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2019/03/16/homem-sofre-tentativa-de-homicidio-em-paraty.ghtml</a>
Dois bandidos são mortos após confronto com a PM em Paraty	<a href="https://tribunasf.com.br/dois-bandidos-sao-mortos-apos-confronto-com-a-pm-em-paraty/">https://tribunasf.com.br/dois-bandidos-sao-mortos-apos-confronto-com-a-pm-em-paraty/</a>
Jovem de 20 anos é morto a tiros dentro de uma pousada em Paraty	<a href="https://sulfluminenseonline.com/jovem-de-20-anos-e-morto-a-tiros-num-bairro-em-paraty/">https://sulfluminenseonline.com/jovem-de-20-anos-e-morto-a-tiros-num-bairro-em-paraty/</a>
Jovem é morto a tiros no bairro Jabaquara, em Paraty	<a href="https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2019/08/04/jovem-e-morto-a-tiros-no-bairro-jabaquara-em-paraty.ghtml">https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2019/08/04/jovem-e-morto-a-tiros-no-bairro-jabaquara-em-paraty.ghtml</a>
Homem é assassinado em Paraty	<a href="https://www.informacidade.com.br/homem-e-assassinado-em-paraty/">https://www.informacidade.com.br/homem-e-assassinado-em-paraty/</a>
Jovem de 24 anos é morto a tiros em Paraty	<a href="https://resende.com.br/noticias/21809/">https://resende.com.br/noticias/21809/</a>
Mulher é assassinada a tiros no bairro Mangueira, em Paraty	<a href="http://agazetarm.com.br/?p=36262">http://agazetarm.com.br/?p=36262</a>
Paraty: Jovem é perseguida e morta a tiros no bairro Mangueira	<a href="https://www.programadariodepaula.com.br/2018/10/09/paraty-jovem-e-perseguida-e-morta-a-tiros-no-bairro-mangueira/">https://www.programadariodepaula.com.br/2018/10/09/paraty-jovem-e-perseguida-e-morta-a-tiros-no-bairro-mangueira/</a>

Fonte: elaboração própria a partir de sites de internet.

Analisando os resultados do período, temos a localização das ocorrências em onze bairros, distribuídos conforme a Tabela 4, não foi encontrado o bairro em uma das ocorrências que resultaram da pesquisa à internet.

**Tabela 4 - Quantidade de mortes por arma de fogo por bairro no período de 2016 a 2018 na cidade de Paraty**

<b>Bairro</b>	<b>2016-2018</b>
Centro	4
Cais de turismo	1
Barra Grande	1
Centro Histórico	2
Trindade	2
Mangueira	2
Condado	1
Ilha das cobras	1
São Gonçalo	1
Independência	1
Mambucaba	1
<b>Total</b>	<b>17</b>

Fonte: elaboração própria a partir de diversos sites.

A distribuição dos crimes por bairro encaminhada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Instituto de Segurança Pública, em resposta ao pedido de acesso à informação mostra 91 homicídios por arma de fogo aponta a seguinte distribuição (Tabela 5):

**Tabela 5 - Distribuição por Bairro - homicídios por arma de fogo 2016-2019**

<b>Bairro</b>	<b>Quantidade</b>
Não cadastrado	13
Sem informação	5
Centro	10
Mangueira	7
Centro Histórico	5
Condado	5
Corisco	5
Ilha das Cobras	5
Barra Grande	4
Trindade	4
Pantanal	2
Penha	2
Praia do Sono	2
Prainha de Mambucaba	2
São Roque	2
Areal do Taquari	1
Barra do Corumbê	1
Cabore	1
Campinho	1
Chácara	1
Coriscão	1
Corisquinho	1
Corumbê	1
Independência	1
KM 579	1
Mambucaba	1
Matadouro	1
Parque Ipê	1
Ponte Branca	1
Portão Vermelho	1
Saco da Bijiquara	1
Serraria	1
Taquari	1
<b>Total</b>	<b>91</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Considerando dados, ainda temos os dados por local de moradia de vítimas de arma de fogo que deram entrada na emergência do hospital municipal.

**Tabela 6 - Feridos por arma de fogo que deram entrada na Emergência do HMHM – Paraty no período de 2017 a 2019.**

<b>Bairro</b>	<b>Quantidade</b>
Centro	1
Chácara	4
Coriscão	1
Corisco	4
Ilha das Cobras	11
Pantanal	10
Parque da Mangueira	10
Patrimônio	2
Penha	1
Pontal	5
Pouso da Cajaíba	4
Ponte Branca	2
Ribeirinho	2
São Roque	2
Areal do Taquari	1
Mamanguá	1
Patitiba	2
Taquari	1
Bairro de Fátima	1
<b>Total</b>	<b>65</b>

Fonte: HMHM de Paraty

Comparando as tabelas 5 e 6, considerando não se tratar das mesmas informações, não é possível deixar de notar que os fatos se dão em local diferente do local de moradia das vítimas. O local do homicídio nos anos de 2016 a 2018 fornecido pela Secretaria Estadual de Segurança do Rio de Janeiro tem em local não cadastrado (13) o local de maior incidência de mortes por armas de fogo, em segundo lugar o centro da cidade (10), Mangueira (7), Centro Histórico, Condado, Corisco, Ilha das Cobras e sem informação (5) cada local do fato, no total de 91 homicídios por arma de fogo registrados pela autoridade policial no período. O órgão estadual não forneceu os dados de local de moradia das vítimas, apenas o local dos crimes.

Quanto às vítimas de atentado à vida por arma de fogo registrados na emergência do Hospital Municipal Hélio Miranda (HMHM), nos anos de 2017, 2018 e 2019 a distribuição é diferente, assim como o dado, mas é possível estabelecer relação dado que alguns deles são relatados como morte no hospital. Mas de toda forma serve como referência. Nessa compilação, Ilha das

Cobras (11), Pantanal e Mangueira (10), o restante dos bairros bastante espalhados no total de 65 registros. Chama a atenção quatro moradores de Pouso da Cajaíba atendidos no HMHM, bairro distante e de população diminuta com acesso apenas por barco.

Os últimos dados apontados indicam a forte prevalência de vítimas dos bairros de Cobras e Mangueira. Estes dois bairros que, somados, totalizam aproximadamente nove mil pessoas de uma cidade com mais de 40 mil são justamente os mais vitimados. A bem da verdade, sua população, socioterritorialmente excluída, é a mais vitimada.

Paraty, com população estimada pelo IBGE em cerca de 40 mil habitantes em 2018, é o 43º município mais populoso do estado do Rio de Janeiro. Considerando a renda dos domicílios das famílias de Paraty, na média, estão enquadradas entre o quarto mais pobre das famílias brasileiras e por pouco mais de 3% não estão entre a décima parte mais pobre do estado do Rio de Janeiro. Contudo quando observados os dados de PIB per capital, que para Paraty, em 2017, é de R\$ 38.364,52 por ano, percebemos que ocupa a 25ª posição entre todos os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. De fato, do ponto de vista da distribuição da riqueza produzida vis-à-vis a renda do trabalho das famílias, Paraty é desigual. Quando observamos o acesso à educação, os dados de 2015 demonstram que a taxa de escolarização era a segunda pior do estado e está entre as 350 piores do país. Portanto, partindo da discussão de distribuição da riqueza e acesso à educação, podemos considerar que a população de Paraty está submetida a uma condição de violência estrutural, sob o conceito de Galtung (1990).

Falando da violência objetiva, observando os anos de 2016 e 2017 através dos dados disponíveis no DATASUS, identificamos que cerca de 35% das vítimas de homicídio por arma de fogo tinham de 4 a 7 anos de estudo, sendo que pouco mais de 32% frequentaram a escola por menos de três anos e menos de 30% das pessoas assassinadas tinham mais de oito anos de escolaridade. Nenhuma delas concluiu o ensino médio.

## Considerações finais

Esse trabalho teve como alicerce o conceito de violência estrutural de Galtung (1990), para quem a violência é produzida pela organização econômica e política das sociedades. Esta violência se expressa na desigual distribuição do poder e, conseqüentemente, em oportunidades desiguais, na discriminação e na injustiça (na distribuição do rendimento, no acesso à educação, por exemplo), definindo a violência estrutural como a que não é praticada por um agente concreto com o objetivo de infringir sofrimento, mas é gerada pela própria estrutura social, sendo as suas formas mais relevantes a repressão, em termos políticos, e a exploração, em termos econômicos.

Não é possível determinar nesse estudo o quanto a dificuldade de acesso à educação produz atitude violenta ou leva uma pessoa a sofrer homicídio por meio de arma de fogo, mas é possível inferir que as pessoas com menos acesso à escolarização na cidade de Paraty são vítimas desse tipo de crime em maior intensidade que as com mais tempo de frequência escolar, e esses dados estão associados ao local de moradia

Ainda traçando o quadro de investigação sobre o conceito de violência estrutural, os dados nacionais nos mostram uma condição de risco maior aos jovens. Recorrendo novamente aos dados do Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas (UNICEF/ONU), o Brasil com 59 mortes por 100 mil adolescentes, tem a sétima maior taxa de homicídios, ficando atrás de Honduras (64,9), El Salvador (65,5), Colômbia (70,7), Venezuela (96,7), Iraque (134) e Síria (330), os últimos dois em guerra civil. Segundo o IPEA, entre 2005 e 2015, o número de jovens entre 19 a 25 anos mortos no país cresceu 16,7%. Enquanto a taxa de homicídios da população em geral é de 28,9 casos para cada 100 mil habitantes. Quando se isola os jovens, a proporção é de 60,9 casos segundo o Atlas da Violência do IPEA (2018), este trabalho também demonstrou como se repete situação nacional em relação à faixa etária das vítimas de crimes com arma de fogo.

Observando os dados de Paraty já apresentados nesse trabalho, segundo o DATASUS para os anos de 2016 e 2017, 66% das 53 vítimas eram menores de 29 anos de idade. Considerando as faixas adotadas pelo sistema de registro do Sistema Único de Saúde para a população paratiense menor de 29 anos,

temos algo em torno de 81 jovens mortos para cada 100 mil habitantes nessa faixa etária, enquanto a relação para os maiores de 29 anos é de aproximadamente 45 vítimas de assassinato por arma de fogo para cada grupo do mesmo tamanho, números esses maiores que os nacionais em comparação aos aferidos pelo IPEA e pela ONU/UNICEF, na comparação de proporção entre jovens e não jovens a relação é semelhante.

A trajetória histórica de violência no Brasil foi apresentada nesse trabalho. Vale lembrar que tal pauta entra na agenda pública e da imprensa, quando essa violência se torna urbana e atinge pessoas da classe média e, por vezes, da elite, aparecendo então como problema social. Teresa Caldeira (2000) já havia refletido sobre isso, quando nos mostrou que isso aconteceu na década de 80 do século passado, quando a rápida urbanização sem planejamento desembocou em desigualdade e criou problemas que as cidades não eram (e ainda não são) capazes de resolver, formando-se então um “discurso sobre o crime” nas narrativas da sociedade que, na maioria das vezes, é repetido pela imprensa, ou vice-versa.

Paraty tem reportado em seus canais de notícia os acontecimentos do cotidiano, mas em pesquisa pelos sítios de notícias foi interessante verificar a ausência de um número considerável de assassinatos e fatos ligados à violência local. No ano de 2017, o DATASUS registrou 24 casos, a Secretaria de Segurança do RJ registrou 28 e não se encontram mais do que oito casos transformados em matérias nos sítios locais. Em 2018 não há registro do DATASUS disponível, contudo, o órgão de segurança estadual registrou 30 fatos, na imprensa se encontra apenas sete. Tomando-se os mais recentes, no ano de 2019, o Hospital Municipal Hugo Miranda atendeu na emergência 19 casos de pessoas feridas por arma de fogo, moradores da cidade, mas foram encontradas notícias na imprensa local de apenas cinco desses casos. Notadamente alguns se transformam em notícias nacionais quando acontecem durante uma festa internacional como a Feira Literária Internacional de Paraty (FLIP), ou na ocasião em que morre um turista na comemoração do ano novo ou o assassinato de um estrangeiro morador da cidade.

A transformação de casos desse tipo cumpre o papel de construir os “discursos sobre o crime” como nos apresenta Caldeira (2000), e um discurso que está muito presente na cena paratiense. A “guerra de facções” instalada na

cidade após a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora na capital do estado, como demonstrado nesse estudo, carece de sustentação empírica já que a escalada do número de mortes por arma de fogo na cidade cresceu e se mantém elevado ou em crescimento 2001. Portanto, reforçamos, muito antes da iniciativa do governo do estado com as UPPs. A violência, notadamente expressa pelo número de óbitos com arma de fogo em Paraty já havia crescido e se mantém elevada desde então. Se, por um lado, não se pode excluir a possibilidade de a implantação das UPPs ter dispersado o crime organizado para outras cidades, como Paraty, tampouco se pode afirmar que essa é a única causa, ou a principal motivação dos crimes na cidade, em vista de uma série histórica de elevação na criminalidade e das mortes por arma de fogo ser anterior à instalação de UPPs. Muitos outros elementos devem ser considerados para explicar a situação vivida pela sociedade local, sobretudo o acesso desigual à cidade, aos seus bens sociais, econômicos e culturais.

Finalmente, neste trabalho relacionamos elementos concretos que associam a especulação imobiliária desencadeada a partir da década de 1970 em Paraty – RJ, com a transferência dos habitantes originais do território para outros locais de moradia, seja pela expulsão de áreas de interesse turístico ou venda de imóveis no centro histórico e adjacências.

É possível especular que os habitantes que viviam da pesca ou outra atividade ligada ao meio e às tradições se concentraram em bairros urbanos, nessa condição, tais indivíduos e famílias perdem todas as referências tradicionais, inclusive suas formas subsistência, gerando problemas sociais de toda ordem, inclusive violência crescente.

Este estudo evidenciou que as relações causais que estruturam a violência em Paraty vão além da guerra de facções ou reflexo da implantação das UPPs na cidade do Rio de Janeiro. Cabe dizer que as evidências aqui expostas não necessariamente excluem outras, a exemplo do papel da especulação imobiliária e da gentrificação no desenvolvimento de facções criminosas. Portanto, outros estudos precisam ser desenvolvidos como meio de determinar a relação direta entre as variáveis.



## Referências

- ABREU, J. C. **Os capítulos da História Colonial: 1500-1800 e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.** Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1988.
- BADER, V. e BENSCHOP, A. *Ongelijkheid*, Groningen: Wolters Noordhoff. 1988. In: SILVA, M. C. **Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica.** Revista de Sociologia Configurações. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/132>
- BARBEDO, J. M. R. **Urban flood mitigation through land-use adaptation: a socioecological perspective of Paraty.** Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, COPPE. UFRJ. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/7645>. Acessado em 26/12/2019.
- BENJAMIN, C. et al. **A opção brasileira.** Editora Contraponto. Rio de Janeiro, 1998.
- BRASIL, Ministérios da Saúde. **DATASUS: Sistema de informação sobre mortalidade.** Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br>. Acessado em: 26/12/2019.
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.** Editora 34/Edusp. São Paulo, 2000.
- CARDOSO, Adalberto. **Escavidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social.** *Novos Estudos*, 80, março, 2008.
- CARVALHO, J. G. **Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto.** Tese de doutorado – Instituto de Economia, Unicamp, 2011.
- CARVALHO, J. G. **Economia Agrária.** Rio de Janeiro: Fundação Cecierj. 2015. 248 p.
- CASTELLS, M. **A Questão Urbana.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1983.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- DURKHEIM, E. **A divisão social do trabalho.** Presença. Lisboa, 1977.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GALTUNG, J. **Cultural violence.** Journal of Peace Research. Manoa, v.27, n.3, p. 291-305, 1990.

GIDDENS, A. **Política, Sociologia e Teoria Social**. Confrontos com o Pensamento. Social Clássico e Contemporâneo. Celta Editora (1ª edição em 1995). Oeiras, 1998.

GOMES, L. J., CARMO, M. S., e SANTOS, R. F. **Conflitos de Interesses em Unidades de Conservação do Município de Parati, Estado do Rio de Janeiro**. Informações Econômicas, V. 34, n. 6, junho. São Paulo, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **PAERJ: Plano aeroviário do estado do rio de janeiro – 2002-2021**. Rio de Janeiro, 2002.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Editora Loyola, 2001.

HOSELITZ, B. F. **Sociological Aspects of Economic Growth**, Illinois, The Free Press of Glencoe, 1961.

SANTOS, M. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2003.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

IPEA. **Atlas da Violência**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 3ª. Edição, 2011.

LIMA, A. C. C; SIMOES, R; MONTE-MOR, R. L. M. Espaço, cidades e escalas territoriais: novas implicações de políticas de desenvolvimento regional. **Econ. soc.**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 223-241, Abril de 2014 . Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182014000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182014000100008&lng=en&nrm=iso). Acesso em 12 de janeiro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182014000100008>.

MATOS, A. e CAVALAZZI, R. **Direito à cidade, plano diretor e gestão participativa: O caso referência de Paraty**. Dissertação de mestrado. Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. de Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde** — Manguinhos, IV(3): 513-531, nov. 1997-fev. 1998.

PREFEITURA DE PARATY. **Plano Diretor do Município de Paraty**. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Paraty. Brasil, 2011.

RIBAS, M. C. **A História do Caminho do Ouro em Paraty**. Contest Produções Culturais. 3ª. Edição. Paraty, 2003.

ROLNIK, R. **Territórios em conflitos** – São Paulo: espaço, história e política. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

ROUSSEAU, J. J. **O Contrato Social**. Coleção Livros que Mudaram o Mundo. Editora Presença, Ltda. Barcarena, 2010.

SALES, C. **A Estrada Real nos cenários arqueológicos e colonial e contemporâneo**: construções e reconstruções histórico-culturais de um caminho. MScthesis, Universidade Federal São João Del-Rei, 2012.

SANTOS, M. **Estradas Reais**: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Estrada Real. Belo Horizonte, 2001.

SEBRAE, **diagnóstico socioeconômico de Paraty**, Serviço e apoio à micro e pequena empresa no estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, M. C. **Desigualdade e exclusão social**: de breve revisitação a uma síntese proteórica. Revista de Sociologia Configurações. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/132>

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, editora USP, 1968.

SINGER, P. **Dominação e Desigualdade**: Estrutura de classes e repartição da renda no Brasil (p. 17-23, 101-120). Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira**: quem é e como vive. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2009.

SPOSITO, M. E. B; WIHTACHER, A, M. **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

WEBER, M. **Ensaio sobre Sociologia**. 5ª. Ed. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A. Rio de Janeiro, 1982.

### Referências de sites

A GAZETA RM. **Mulher é assassinada a tiros no bairro Mangueira, em Paraty**. In: portal A Gazeta, 08/10/2018. Disponível em: <http://agazetarm.com.br/?p=36262>. Acessado em: 27/11/2019.

ABRANTES, T. **O mapa dos assassinatos no Brasil nos últimos 30 anos**. In: Exame on-line. 12/09/2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/o-mapa-dos-assassinatos-no-brasil-nos-ultimos-30-anos/>. Acessado em 21/10/2019.

AGÊNCIA PÚBLICA, **O controverso condomínio de Paraty que criou praias exclusivas para seus bilionários**. In: El País. 30/11/2012. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/29/politica/1511987264\\_462758.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/29/politica/1511987264_462758.html). Acessado em 05/12/2019.

ALVES J. **Jovem de 20 anos e morto a tiros num bairro em Paraty**. In: Sul Fluminense Online, 04/08/2019. Disponível em: <https://sulfluminenseonline.com/jovem-de-20-anos-e-morto-a-tiros-num-bairro-em-paraty/>. Acessado em: 29/11/2019.

BRASIL, Ministérios da Saúde. **DATASUS**: Sistema de informação sobre mortalidade. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br>. Acessado em: 26/12/2019.

CASTRO. J. **Dois Assassinatos de menores no centro histórico de Paraty na noite deste domingo**. 10/09/2018. Disponível em: <https://www.papagoiaba.com/noticias/dois-assassinatos-de-menores-no-centro-historico-de-paraty-na-noite-deste-domingo>. Acessado em 02/12/2019.

CURY, R. **Homem é assassinado em Paraty**. In: Informa Cidade, 12/01//2019. Disponível em: <https://www.informacidade.com.br/homem-e-assassinado-em-paraty/>. Acessado em: 29/11/2019.

DEEPASK. **O mundo através de gráficos e mapas**. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=paraty/RJ-Confira-a-taxa-de-homicidios-no-seu-municipio>. Acessado em: 02/11/2019.

DESTAQUE POPULAR. **Homem é assassinado em Paraty**. S/d. Disponível em: <https://destaquepopular.com.br/2019/01/12/homem-e-assassinado-em-paraty-6/>. Acessado em 03/12/2019.

DETRINDA, D. **Assassinato de jovem caiçara reacende conflito de terras em Paraty**. In: Combate ao racismo ambiental, 07/06/2016. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2016/06/07/assassinato-de-jovem-caicara-reacende-conflito-de-terras-em-paraty/>. Acessado em: 24/10/2019.

FERNANDES, V. **Artista plástico Francês é assassinado em Paraty**. In: Metrôpoles, 16/07/2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/artista-plastico-frances-e-assassinado-em-paraty>. Acessado em 04/12/2019.

FOCOREGIONAL. **Suspeito de homicídio é preso em Paraty**. 18/07/2018. Disponível em: <http://www.focoregional.com.br/Noticia/suspeito-de-homicidio-e-preso-em-paraty-1>. Acessado em 16/11/2019.

FOLHAPRESS. **Assalto em Paraty termina com tiro, pânico e Adolescente morto**. Rio de Janeiro, 28/11/2017. Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com.br/justica/482080/assalto-em-paraty-termina-com-tiro-panico-e-adolescente-morto>. Acessado em 02/12/2019.

FRANÇA, R. **Guerra do tráfico faz Paraty ter maior taxa de mortes no estado**. O Globo, 25/09/2016. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/guerra-do-trafico-faz-paraty-ter-maior-taxa-de-mortes-no-estado-1-20175874>. Acessado em 23/10/2019.

G1. **Dois menores são mortos a tiros no Centro Histórico de Paraty, na Costa Verde do Rio.** 10/09/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2018/09/10/dois-menores-sao-mortos-a-tiros-no-centro-historico-de-paraty-na-costa-verde-do-rio.ghtml>. Acessado em: 03/12/2019.

G1. **Homem sofre tentativa de homicídio em Paraty, RJ.** 16/03/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2019/03/16/homem-sofre-tentativa-de-homicidio-em-paraty.ghtml>. Acessado em: 28/11/2019.

G1. **Jovem é morto a tiros no bairro Jabaquara em Paraty.** RJ. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2019/08/04/jovem-e-morto-a-tiros-no-bairro-jabaquara-em-paraty.ghtml>. Acessado em: 28/11/2019.

G1. **Número de mortos por arma de fogo cresce 346% em 30 anos, diz estudo.** 07/03/2013. São Paulo. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/03/numero-de-mortos-por-arma-de-fogo-cresce-346-em-30-anos-diz-estudo.html>. Acessado em 21/10/2019.

G1. **Polícia Civil prende acusado de matar jovem após briga em Paraty, RJ.** 05/07/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/policia-civil-prende-acusado-de-matar-jovem-apos-briga-em-paraty-rj.ghtml>. Acessado em: 28/11/2019.

GRUPO RBP. **Adolescente é apreendido em Paraty por suspeita de assassinato.** Editorial Policial, 11/09/2018. Disponível em: <https://www.gruporbp.com.br/editorial/policial/adolescente-e-apreendido-em-paraty-por-suspeita-de-assassinato> acessado em 04/12/2019.

IBGE. **Cidades.** Panorama de Paraty. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraty/panorama>. Acessado em 24/10/2019.

ISA, Instituto Sócio Ambiental. **Comunidade caiçara se mobiliza em defesa de seu território.** Altamira, 05/07/2016. Disponível em: <https://socioambiental.org/pt-br/tags/paraty>. Acessado em 03/11/2019.

LEPERCQ, C. **Policiais Militares são acusados pela morte de jovens em Trindade, Paraty.** 12/12/2016. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=22856>. Acessado em 26/11/2019.

MARTINS, L. **MPF Processa condomínio de luxo em Paraty (RJ) que impede acesso à praia.** UOL. São Paulo, 10/12/2018. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2018/12/10/mpf-acao-contra-condominio-paraty-praias-sono-negra-laranjeiras-caicaras.htm>. Acessado em: 05/12/2019.

NOSSO JORNAL BR. **Jovem é assassinado em Paraty.** 28/12/19. Disponível em: <http://www.nossojornalbm.com.br/jovem-e-assassinado-em-paraty/>. Acessado em 03/12/2019.

O DIA. **Crimes bárbaros chocam Paraty: Novo comando do Batalhão da PM tem desafio de barrar índices maiores que os de outras regiões.** Rio de Janeiro, 20/03/2017. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/conteudo/rio-de-janeiro/2017-03-20/crimes-barbaros-chocam-paraty.html>. Acessado em 02/12/2019.

PAIVA, D. **Assassinato de jovem caicara reacende conflito de terras em Paraty.** Jornal Contato. Taubaté, 07/06/2016. Disponível em: <http://www.jornalcontato.com.br/home/index.php/assassinato-de-jovem-caicara-reacende-conflito-de-terras-em-paraty/>. Acessado em: 24/10/2019.

PNUD BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acessado em 02/11/2019.

PROGRAMA DIÁRIO DE PAULA. **Jovem é perseguida e morta a tiros no bairro mangueira.** 09/10/2018. Disponível em: <https://www.programadariodepaula.com.br/2018/10/09/paraty-jovem-e-perseguida-e-morta-a-tiros-no-bairro-mangueira/>. Acessado em 27/11/2018.

QUERINO, R. **Morte de Artista plástico francês no Rio pode ter sido motivada por homofobia.** In: Observatório BOL/UOL, 19/07/2018. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/07/morte-de-artista-plastico-frances-no-rio-pode-ter-sido-motivada-por-homofobia>. Acessado em 04/12/2019.

REDAÇÃO LADO A. **Artista francês gay é encontrado morto com tiro na cabeça em Paraty.** In: Lado A. Curitiba, 17/07/2018. Disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2018/07/noticias/artista-frances-gay-e-encontrado-morto-com-tiro-na-cabeca-em-paraty/>. Acessado em: 04/12/2019.

RESENDE NEWS. **Jovem de 24 anos é morto a tiros em Paraty.** 25/03/2019. Disponível em: <https://resende.com.br/noticias/21809/>. Acessado em 29/11/2019.

RIO DE JANEIRO. **SESEG.** Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seseg/exibeconteudo?article-id=6604920>. Acessado em 23/10/2019.

TRIBUNA SUL FLUMINENSE. **Dois bandidos são mortos após confronto com a PM em Paraty.** 15/04/2019. Acessado em 28/11/2019.

TRINDADE VIVE – OCUPA PRAÇA JAISON e AMOT – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE TRINDADE. **Audiência Pública sobre Trindade reúne centenas de pessoas: Prefeito de Paraty promete desapropriação das áreas de ZUCCEL.** Disponível em: <https://www.preservareresistir.org/single-post/2016/07/27/Audi%C3%A2ncia-P%C3%BAblica-sobre-Trindade-re%C3%BAne-centenas-de-pessoas-Prefeito-de-Paraty-promete-desapropria%C3%A7%C3%A3o-da-%C3%A1reas-de-ZUCCEL>. Acessado em: 02/11/2019.

ZÉ DO POVO. **Política prende envolvidos no Assassinato de Menores na Praça da Matriz menos de 24h após o crime.** In: Vai Paraty, 11/09/2018. Disponível em: <https://vaiparaty.com.br/policia-prende-envolvidos-no-assassinato-de-menores-na-praca-da-matriz-menos-de-24h-apos-o-crime/>. Acessado em: 02/12/2019.